
ETEC "PROF.^a. ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ"

TECNICO ADMINISTRATIVO

DAIANE SOUZA SANTOS

DANIELLE SOUZA SANTOS

GLEICE RODRIGUES VIDAL

JESSICA PRISCILA COSTA DOS SANTOS

MARIANA FLORENCIO DA SILVA

NOELI NATHALIA ORLANDO

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM
PEQUENAS EMPRESAS**

ARARAQUARA
2016

ETEC "PROF.^a. ANNA DE OLIVEIRA FERRAZ"

TECNICO ADMINISTRATIVO

DAIANE SOUZA SANTOS

DANIELLE SOUZA SANTOS

GLEICE RODRIGUES VIDAL

JESSICA PRISCILA COSTA DOS SANTOS

MARIANA FLORENCIO DA SILVA

NOELI NATHALIA ORLANDO

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM
PEQUENAS EMPRESAS**

ARARAQUARA
2016

DAIANE SOUZA SANTOS
DANIELLE SOUZA SANTOS
GLEICE RODRIGUES VIDAL
JESSICA PRISCILA COSTA DOS SANTOS
MARIANA FLORENCIO DA SILVA
NOELI NATHALIA ORLANDO

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM PEQUENAS EMPRESAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a ETEC "Prof.^a Anna de Oliveira Ferraz", do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, como requisito para a obtenção do título de Técnico em Administração sob a orientação do Professor João Carlos Missorino e Gabriela Messias.

ARARAQUARA
2016

DAIANE SOUZA SANTOS
DANIELLE SOUZA SANTOS
GLEICE RODRIGUES VIDAL
JESSICA PRISCILA COSTA DOS SANTOS
MARIANA FLORENCIO DA SILVA
NOELI NATHALIA ORLANDO

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE EM PEQUENAS EMPRESAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Etec Profª. Anna de Oliveira Ferraz como exigência parcial para obtenção do título de **Técnico em Administração**, sob orientação dos professores João Carlos Missorino e Gabriela Messias.

Aprovado em 24 de Junho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. Orientador: João Carlos Missorino

Prof. Avaliador: Emerson Aparecido Gustavo

Prof. Avaliador: Erivaldo Da Silva Tubias

AGRADECIMENTO

A Deus por toda a força, sabedoria e paciência que nos tem concedido para nos fortalecer nesta caminhada tão longa e decisória. Hoje concluímos mais uma fase de nossas vidas com o mérito de saber o que foi aprendido jamais será esquecido.

Aos nossos orientadores João Missorino, Gabriela Messias e Erivaldo Tobias pelo apoio e dedicação nestes últimos semestres, por ter nos guiado e nos mostrado sempre o caminho certo.

Agradecemos á Etec Profª Anna de Oliveira Ferraz pelos professores bem capacitados, treinados e com boa compreensão, pela estrutura acadêmica e pelo bom material a nós concedido.

Aos professores por todo conhecimento passado a nós e por sempre ter nos mostrado o caminho correto a seguir apesar de todas as dificuldades enfrentadas.

Aos colegas de classe pela união e amizade compartilhada neste período, sentiremos saudade de noites de aprendizados e dialogo.

Aos demais que contribuíram para a construção do nosso TCC.

"Determinação coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Se estamos possuídos por uma inabalável determinação conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho."

Dalai Lama

RESUMO

Esta pesquisa fala sobre a importância da Contabilidade para às Pequenas Empresas, mostrando a necessidade de se ter acesso às informações úteis que possibilitem ao gestor administrar seu negócio de maneira eficiente. Para chegarmos ao tema proposto, serão feitas algumas reflexões sobre a história da Contabilidade recurso eficiente e útil na gestão e sobre algumas ferramentas da Contabilidade no processo administrativo de uma empresa. A relevância da Pequena empresa no contexto econômico demonstra a necessidade de se dar uma atenção especial a este segmento, pois, segundo Pesquisa do SEBRAE (2014) mostra que antes de completar cinco anos de abertura ou atividades, a maioria das empresas fecham as portas, porque com as constantes mudanças e aumentos na competitividade entre essas empresas, é cada vez mais necessário uma política especializada de gestão. Dessa maneira, é necessário que o Pequeno Empresário tenha conhecimento que através da utilização da Contabilidade como instrumento de apoio na gestão dos negócios, sua empresa poderá torna-se mais competitiva, pois o uso de todas as ferramentas disponíveis que possibilitem gerar informações úteis para a gestão dos negócios será crucial para a permanência da empresa no mercado.

Palavras-chave: Pequenas Empresas; Ferramentas Gerenciais; Contabilidade; Setores Contábeis.

ABSTRACT

This research talks about the importance of accounting for the Small Business, showing the need to have access to useful information to enable the manager to manage their business efficiently. To get to the theme, will be made some reflections on the history of accounting effective and useful resource management and on some of the accounting tools in the administrative process of a company. The relevance of the Small Company in the economic context demonstrates the need to give special attention to this segment, because, according to SEBRAE Research (2014) demonstrates that before completing five years of opening or activities, most businesses close their doors because with the constant changes and increases in competitiveness between these companies, a specialized management policy is increasingly necessary. Thus, it is necessary that the Small Entrepreneur is aware that through the use of accounting as a support tool in business management, your company can become more competitive, since the use of all tools available that make it possible to generate useful information for business management will be crucial to maintaining the company in the market.

Keywords: Small Business; Management Tools; Accounting; Financial Sectors.

Lista de Figuras

Figura 01 – O Início da Contabilidade	05
Figura 02 – Contabilidade e seus setores	15
Figura 03 – Exemplo de nota Fiscal	19
Figura 04 – Exemplo Documento Simples nacional	28
Figura 05 – Contabilidade na Atividade Agrícola.....	38
Figura 06 – Bens Móveis	43
Figura 07 – Bens Imóveis	43
Figura 08 – Bens Tangíveis.....	44
Figura 09 – Bens Intangíveis	44
Figura 10 – Capital	47
Figura 11 – Balança do Equilíbrio Patrimonial.....	48
Figura 12 – Frei Luca Paioli, o Pai da Contabilidade.....	50
Figura 13 – Débito e Crédito.....	51
Figura 14 – Financiamentos e Fornecedores	53
Figura 15 – Exemplo de Livro Diário	54
Figura 16 – Esquema de Lançamento Razonete	62
Figura 17 – Mortalidade Cresce nos Últimos Anos.....	64
Figura 18 – Fatores Para não Fechamento das Empresas	66
Figura 19 – Causas de Mortalidade das Empresas.....	67
Figura 20 – Reação do Empreendedor ao Fechar suas Portas.....	68
Figura 21 – Valor da Perda dos Investimentos após falência da Empresa	68
Figura 22 – Baixa na Junta Comercial.....	70
Figura 23 – Após o Fechamento	71
Figura 24 – Mortalidade.....	72

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Comercio	25
Tabela 02 – Alíquotas e Planilha do Simples Nacional - indústria	26
Tabela 03 – Planilha do Simples Nacional – Receita de Locação de Bens e Serviços.....	27
Tabela 04 – Ativo e Passivo	46
Tabela 05 – Total Ativo = Total Passivo.....	49
Tabela 06 – Lançamento no Livro Diário	58
Tabela 07 – Exemplo de Modelo Razão	61

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Taxa de Mortalidade dos últimos seis anos de São Paulo.....	74
Gráfico 02 – Taxa de Natalidade dos últimos seis anos de São Paulo	74

SUMÁRIO

Introdução.....	01
1 História da Contabilidade	02
1.1 Os três Períodos da Contabilidade	03
1.2 Período Antigo	04
1.3 Período Medieval	07
1.4 Período Moderno.....	08
1.5 Período Científico	09
1.6 A Contabilidade no Período Bíblico.....	10
1.7 Escola Norte-Americana.....	11
1.8 A contabilidade no Brasil.....	12
2 Setores da Contabilidade	13
2.1 Departamento pessoal e suas funções na Empresa	13
2.2 Departamento contábil	14
2.3 Departamento Fiscal	15
2.3.1 Regime tributário	16
2.3.2 Apuração de Impostos.....	17
2.3.3 Escrituração de Livros Fiscais.....	17
2.3.4 SPED Fiscal	18
2.3.5 Emissão de Notas Fiscais	18
2.3.6 Os Tipos de Notas Fiscais.....	19
2.3.7 O Tipo de Nota Depende da Atividade da Empresa.....	20
2.3.8 Nota Fiscal Eletrônica.....	20
2.3.9 Micro Empreendedor Individual (MEI)	21
2.3.10 Medidas de Segurança.....	21
3 Simples Nacional.....	22
3.1 O que é Simples Nacional	22
3.2 O que significa DAS	23
3.3 Entenda Como Calcular o Simples Nacional.....	28
3.3.1 Empresas Elegíveis	28
3.3.2 Receita Bruta Proporcionalizada	28
3.3.3 Meses Seguintes	29

4 Tipos de Contabilidade	30
4.1 Contabilidade de Custos	30
4.2 Contabilidade Pública.....	31
4.3 Contabilidade Gerencial	31
4.4 Contabilidade Tributária	32
4.5 Contabilidade Privada	33
4.6 Contabilidade Fiscal	33
4.7 Contabilidade Financeira.....	34
4.8 Contabilidade Administrativa	35
4.9 Contabilidade Por Atividades	35
4.10 Contabilidade de Organizações de Serviços.....	36
4.11 Contabilidade de Fluxo.....	36
4.12 Contabilidade Bancária	36
4.13 Contabilidade de Seguros	37
4.14 Contabilidade Fiduciária	37
4.15 Contabilidade Geral da Empresa	37
4.16 Contabilidade de Posição.....	37
4.17 Contabilidade Agrícola	38
5 Importância da Contabilidade	39
5.1 Para Pequenas Empresas.....	39
5.2 Para Empreendedores	40
6 Ferramentas Utilizadas	42
6.1 Patrimônio	42
6.1.1 Bens	42
6.1.2 Bens Moveis.....	42
6.1.3 Bens Imóveis.....	43
6.1.4 Bens tangíveis.....	44
6.1.5 Bens Intangíveis.....	44
6.1.6 Direitos	45
6.1.7 Obrigações	45
6.2 Patrimônio Líquido (PL)	45
6.3 Capital	46
6.3.1 Capital Social	47
6.3.2 Capital Próprio.....	47

6.4 Balanço Patrimonial	47
6.4.1 Estrutura do Balanço Patrimonial	48
6.5 Métodos de Escrituração.....	49
6.5.1 Método de Partidas Simples.....	50
6.5.2 Método das partidas Dobradas	50
6.6 Débito e Crédito	51
7 Capital de Terceiros	53
8 Livro Diário	54
8.1 Formalidades Extrínsecas	55
8.2 Formalidades Intrínsecas	56
8.3 Escrituração Manual.....	56
8.4 Lançamentos no Livro Diário.....	56
9 Livro Razão	59
9.1 Escrituração Manuscrita do Livro Razão	59
10 Razonete	62
11 Principais Causas de Mortalidade Empresarial.....	64
11.1 Na visão de um Empreendedor.....	66
11.2 Fatores que causam o fracasso das empresas, conforme pesquisas....	67
11.3 Sentimento do Empreendedor após fechamento de Empresa	67
11.4 Perda dos Investimentos Após Falência	68
11.5 Junta Comercial	69
11.5.1 Empreendedores que deram baixa na junta comercial	69
11.6 Após o fechamento	70
11.7 Principais resultados	71
11.8 Mortalidade Cresce em 2015	72
Conclusão	77

INTRODUÇÃO

No Brasil a maioria dos negócios em funcionamento é constituída por pequenas empresas e por isso são de vital importância para a economia do país. Estas empresas são grandes geradoras empregos e riquezas, o que contribui de maneira significativa para o aumento do produto interno bruto do país – PIB, ou seja, é inquestionável o relevante papel socioeconômico desempenhado por estas empresas.

Entretanto um fator que tem sido bastante estudado é o fato delas não contarem com um sistema de gestão eficaz, o que quase sempre os leva a mortalidade logo nos primeiros anos de vida. Muitas vezes, por desconhecimento ou por falta de assessoria por parte de seus contadores, os pequenos empresários deixam de se beneficiar das informações geradas pela contabilidade que poderão ser de grande utilidade na gestão do negócio. Passam a tomar decisões baseadas apenas na experiência que acreditam ter e na maioria das vezes os resultados não são os esperados.

A contabilidade é uma ciência cuja função principal é a de fornecer informações seguras para que as decisões sejam tomadas com o máximo de segurança. As informações e dados fornecidos pela contabilidade representam ferramentas de gestão, que servirão de apoio e suporte à tomada de decisão e devem fazer parte da rotina empresarial, ou seja, servir de apoio em todas as etapas da empresa.

Muitos desses controles contábeis são relativamente fáceis de serem elaborados, e podem ser facilmente aplicados na gerencia de micro e pequenas empresas, principalmente às de comércio varejista, independentemente do porte.

A importância deste estudo é a de mostrar os benefícios alcançados com a utilização da contabilidade para pequenas empresas. A mesma pode e deve ser utilizada, tornando-se uma ferramenta indispensável na tomada de decisão.

1 História da Contabilidade

A história da contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização. Está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos.

Deixando a caça, o homem voltou-se à organização da agricultura e do pastoreio. A organização econômica acerca do direito do uso do solo acarretou em superatividade, rompendo a vida comunitária, surgindo divisões e o senso de propriedade. Assim, cada pessoa criava sua riqueza individual.

Ao morrer, o legado deixado por esta pessoa não era dissolvido, mas passado como herança aos filhos ou parentes. A herança recebida dos pais (pater, patris), denominou-se patrimônio. O termo passou a ser utilizado para quaisquer valores, mesmo que estes não tivessem sido herdados.

A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio. Há indícios de que as primeiras cidades comerciais eram dos fenícios. A prática do comércio não era exclusiva destes, sendo exercida nas principais cidades da Antiguidade.

A atividade de troca e venda dos comerciantes semíticos requeria o acompanhamento das variações de seus bens quando cada transação era efetuada. As trocas de bens e serviços eram seguidas de simples registros ou relatórios sobre o fato. Mas as cobranças de impostos, na Babilônia já se faziam com escritas, embora rudimentares. Um escriba egípcio contabilizou os negócios efetuados pelo governo de seu país no ano 2000 a.C.

À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses; tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros.

Foi o pensamento do "futuro" que levou o homem aos primeiros registros a fim de que pudesse conhecer as suas reais possibilidades de uso, de consumo, de produção etc.

Com o surgimento das primeiras técnicas de administrar e de organizar seus bens e que não poderia ser feito sem o devido registro, a fim de se manter um controle sobre entrada e saída de produtos produzidos e matéria prima.

É importante lembrarmos que naquele tempo não havia o crédito, ou seja, as compras, vendas e trocas eram à vista. Posteriormente, empregavam-se ramos de árvore assinalados como prova de dívida ou quitação. O desenvolvimento do papiro (papel) e do cálamo (pena de escrever) no Egito antigo facilitou extraordinariamente o registro de informações sobre negócios.

A medida que as operações econômicas se tornam complexas, o seu controle se refina. As escritas governamentais da República Romana (200 a.C.) já traziam receitas de caixa classificadas em rendas e lucros, e as despesas compreendidas nos itens salários, perdas e diversões.

No período medieval, diversas inovações na contabilidade foram introduzidas por governos locais e pela igreja. Mas é somente na Itália que surge o termo Contabilista.

1.1 Os três Períodos da Contabilidade

Contabilidade do Mundo Antigo - Período que se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Liber Abaci , da autoria Leonardo Fibonacci, o Pisano.

Contabilidade do Mundo Medieval - Período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Paciolo, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

Contabilidade do Mundo Moderno - Período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da Obra "La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche", da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

Contabilidade do Mundo Científico - Período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

1.2 Período Antigo

A contabilidade empírica, praticada pelo homem antigo, já tinha como objeto o Patrimônio, representado pelos rebanhos e outros bens nos seus aspectos quantitativos.

Os primeiros registros processaram-se de forma rudimentar, na memória do homem. Como este é um ser pensante, inteligente, logo encontrou formas mais eficientes de processar os seus registros, utilizando gravações e outros métodos alternativos.

O inventário exercia um importante papel, pois a contagem era o método adotado para o controle dos bens, que eram classificados segundo sua natureza: rebanhos, metais, escravos, etc. A palavra "Conta" designa o agrupamento de itens da mesma espécie.

As primeiras escritas contábeis datam do término da Era da Pedra Polida, quando o homem registrava os seus primeiros desenhos e gravações. Os primeiros controles eram estabelecidos pelos templos, o que perdurou por vários séculos.

Os sumérios e babilônicos, assim como os assírios, faziam os seus registros em peças de argila, retangulares ou ovais, ficando famosas as pequenas tábuas de Uruk, que mediam aproximadamente 2,5 a 4,5 centímetros, tendo faces ligeiramente convexas.

Os registros combinavam o figurativo com o numérico. Gravava-se a cara do animal cuja existência se queria controlar e o número correspondente às cabeças existentes.

Embora rudimentar, o registro, em sua forma, assemelhava-se ao que hoje se processa. O nome da conta, "Matrizes", por exemplo, substituiu a figura gravada, enquanto o aspecto numérico se tornou mais qualificado, com o acréscimo do valor monetário ao quantitativo. Esta evolução permitiu que, paralelamente à "Aplicação", se pudesse demonstrar, também, a sua "Origem".



Figura 01: O Início da Contabilidade
Fonte: <http://www.tessmannassessoria.com.br>

Na cidade de Ur, na Caldeia, onde viveu Abraão, personagem bíblico citado no livro Gênesis, encontram-se, em escavações, importantes documentos contábeis: tabela de escrita cuneiforme, onde estão registradas contas referentes à mão de obra e materiais, ou seja, Custos Diretos. Isto significa que, há 5.000 anos antes de Cristo, o homem já considerava fundamental apurar os seus custos.

O Sistema Contábil é dinâmico e evoluiu com a duplicação de documentos e "Selos de Sigilo". Os registros se tornaram diários e, posteriormente, foram sintetizados em papiros ou tábuas, no final de determinados períodos. Sofreu

nova sinterização, agrupando-se vários períodos, o que lembra o diário, o balancete mensal e o balanço anual.

Já se estabelecia o confronto entre variações positivas e negativas, aplicando-se, empiricamente, o Princípio da Competência. Reconhecia-se a receita, a qual era confrontada com a despesa.

Os egípcios legaram um riquíssimo acervo aos historiadores da Contabilidade, e seus registros remontam a 6.000 anos antes de Cristo.

A escrita no Egito era fiscalizada pelo Fisco Real, o que tornava os escriturários zelosos e sérios em sua profissão. O inventário revestia-se de tal importância, que a contagem do boi, divindade adorada pelos egípcios, marcava o início do calendário adotado. Inscreviam-se bens móveis e imóveis, e já se estabeleciam, de forma primitiva, controles administrativos e financeiros.

As "Partidas de Diário" assemelhavam-se ao processo moderno: o registro iniciava-se com a data e o nome da conta, seguindo-se quantitativos unitários e totais, transporte, se ocorresse, sempre em ordem cronológica de entradas e saídas.

Pode-se citar, entre outras contas: "Conta de Pagamento de Escravos", "Conta de Vendas Diárias", "Conta Sintética Mensal dos Tributos Diversos", etc.

Tudo indica que foram os egípcios os primeiros povos a utilizar o valor monetário em seus registros. Usava como base, uma moeda, cunhada em ouro e prata, denominada "Shat". Era a adoção, de maneira prática, do Princípio do Denominador Comum Monetário.

Os gregos, baseando-se em modelos egípcios, 2.000 anos antes de Cristo, já escrituravam Contas de Custos e Receitas, procedendo, anualmente, a uma confrontação entre elas, para apuração do saldo. Os gregos aperfeiçoaram o modelo egípcio, estendendo a escrituração contábil às várias atividades, como administração pública, privada e bancária.

1.3 Período Medieval

Itália, em 1202, foi publicado o livro "Liber Abaci", de Leonardo Pisano. Estudavam-se, na época, técnicas matemáticas, pesos e medidas, câmbio, etc., tornando o homem mais evoluído em conhecimentos comerciais e financeiros.

Se os sumérios-babilônios plantaram a semente da Contabilidade e os egípcios a regaram, foram os italianos que fizeram o cultivo e a colheita.

Foi um período importante na história do mundo, especialmente na história da Contabilidade, denominado a "Era Técnica", devido às grandes invenções, como moinho de vento, aperfeiçoamento da bússola, etc., que abriram novos horizontes aos navegadores, como Marco Pólo e outros.

A indústria artesanal proliferou com o surgimento de novas técnicas no sistema de mineração e metalurgia. O comércio exterior incrementou-se por intermédio dos venezianos, surgindo, como consequência das necessidades da época, o livro caixa, que recebia registros de recebimentos e pagamentos em dinheiro. Já se utilizavam, de forma rudimentar, o débito e o crédito, oriundos das relações entre direitos e obrigações, e referindo-se, inicialmente, a pessoas.

O aperfeiçoamento e o crescimento da Contabilidade foram a consequência natural das necessidades geradas pelo advento do capitalismo, nos séculos XII e XIII. O processo de produção na sociedade capitalista gerou a acumulação de capital, alterando-se as relações de trabalho. O trabalho escravo cedeu lugar ao trabalho assalariado, tornando os registros mais complexos. No século X, apareceram as primeiras corporações na Itália, transformando e fortalecendo a sociedade burguesa.

No final do século XIII apareceu pela primeira vez a conta "Capital", representando o valor dos recursos injetados nas companhias pela família proprietária.

O método das Partidas Dobradas teve sua origem na Itália, embora não se possa precisar em que região. O seu aparecimento implicou a adoção de outros

livros que tornassem mais analítica a Contabilidade, surgindo, então, o Livro da Contabilidade de Custos.

No início do Século XIV, já se encontravam registros explicitados de custos comerciais e industriais, nas suas diversas fases: custo de aquisição; custo de transporte e dos tributos; juros sobre o capital, referente ao período transcorrido entre a aquisição, o transporte e o beneficiamento; mão de obra direta agregada; armazenamento; tingimento, etc., o que representava uma apropriação bastante analítica para época. A escrita já se fazia nos moldes de hoje, considerando, em separado, gastos com matérias-primas, mão de obra direta a ser agregada e custos indiretos de fabricação. Os custos eram contabilizados por fases separadamente, até que fossem transferidos ao exercício industrial.

1.4 Período Moderno

O período moderno foi à fase da pré-ciência. Devem ser citados três eventos importantes que ocorreram neste período:

- Em 1453, os turcos tomam Constantinopla, o que fez com que grandes sábios bizantinos emigrassem, principalmente para Itália;
- Em 1492, é descoberta a América e, em 1500, o Brasil, o que representava um enorme potencial de riquezas para alguns países europeus;
- Em 1517, ocorreu a reforma religiosa; os protestantes, perseguidos na Europa, emigram para as Américas, onde se radicaram e iniciaram nova vida.

A Contabilidade tornou-se uma necessidade para se estabelecer o controle das inúmeras riquezas que o Novo Mundo representava. A introdução da técnica contábil nos negócios privados foi uma contribuição de comerciantes italianos do séc. XIII. Os empréstimos a empresas comerciais e os investimentos em dinheiro determinaram o desenvolvimento de escritas especiais que refletissem os interesses dos credores e investidores e, ao mesmo tempo, fossem úteis aos comerciantes, em suas relações com os consumidores e os empregados.

O aparecimento da obra de Frei Luca Pacioli, contemporâneo de Leonardo da Vinci, que viveu na Toscana, no século XV, marca o início da fase moderna da Contabilidade.

1.5 Período Científico

O Período Científico apresenta, nos seus primórdios, dois grandes autores consagrados: Francesco Villa, escritor milanês, contabilista público, que, com sua obra "La Contabilità Applicata alle amministrazioni Private e Pubbliche", inicia a nova fase; e Fábio Bésta, escritor veneziano.

Os estudos envolvendo a Contabilidade fizeram surgir três escolas do pensamento contábil: a primeira, chefiada por Francisco Villa, foi a Escola Lombarda; a segunda, a Escola Toscana, chefiada por Giuseppe Cerboni; e a terceira, a Escola Veneziana, por Fábio Bésta.

Embora o século XVII tivesse sido o berço da era científica e Pascal já tivesse inventado a calculadora, a ciência da Contabilidade ainda se confundia com a ciência da Administração, e o patrimônio se definia como um direito, segundo postulados jurídicos.

Nessa época, na Itália, a Contabilidade já chegara à universidade. A Contabilidade começou a ser lecionada com a aula de comércio da corte, em 1809.

A obra de Francesco Villa foi escrita para participar de um concurso sobre Contabilidade, promovido pelo governo da Áustria, que reconquistara a Lombardia, terra natal do autor. Além do prêmio, Villa teve o cargo de Professor Universitário.

Francisco Villa extrapolou os conceitos tradicionais de Contabilidade, segundo os quais escrituração e guarda livros poderiam ser feitas por qualquer pessoa inteligente. Para ele, a Contabilidade implicava conhecer a natureza, os detalhes, as normas, as leis e as práticas que regem a matéria administradas, ou seja, o patrimônio. Era o pensamento patrimonialista; Foi o início da fase científica da Contabilidade.

Fábio Bésta, seguidor de Francesco Villa, superou o mestre em seus ensinamentos. Demonstrou o elemento fundamental da conta, o valor, e chegou, muito perto de definir patrimônio como objeto da Contabilidade.

Foi Vincenzo Mazi, seguidor de Fábio Bésta, quem pela primeira vez, em 1923, definiu patrimônio como objeto da Contabilidade. O enquadramento da Contabilidade como elemento fundamental da equação aziendalista, teve, sobretudo, o mérito incontestável de chamar atenção para o fato de que a Contabilidade é muito mais do que mero registro; é um instrumento básico de gestão.

Entretanto a escola Europeia teve peso excessivo da teoria, sem demonstrações práticas, sem pesquisas fundamentais: a exploração teórica das contas e o uso exagerado das partidas dobradas, inviabilizando, em alguns casos, a flexibilidade necessária, principalmente, na Contabilidade Gerencial, preocupando-se demais em demonstrar que a Contabilidade era uma ciência ao invés de dar vazão à pesquisa séria de campo e de grupo.

A partir de 1920, aproximadamente, inicia-se a fase de predominância norte-americana dentro da Contabilidade.

1.6 A contabilidade no período bíblico

Há interessantes relatos bíblicos sobre controles contábeis, um dos quais o próprio Jesus relatou em Lucas capítulo 16, versos 1 a 7: o administrador que fraudou seu senhor, alterando os registros de valores a receber dos devedores.

No tempo de José, no Egito, houve tal acumulação de bens que perderam a conta do que se tinha! (Gênesis 41.49).

Houve um homem muito rico, de nome Jó, cujo patrimônio foi detalhadamente inventariado no livro de Jó, capítulo 1, verso 3. Depois de perder tudo, ele recupera os bens, e um novo inventário é apresentado em Jó, capítulo 42, verso 12. Os bens e as rendas de Salomão também foram inventariados em 1º Reis 4.22-26 e 10.14-17.

Em outra parábola de Jesus, há citação de um construtor, que faz contas para verificar se o que dispunha era suficiente para construir uma torre (Lucas 14.28-30). Ainda, se relata a história de um devedor, que foi perdoado de sua dívida registrada (Mateus 18.23-27). Tais relatos comprovam que, nos tempos bíblicos, o controle de ativos era prática comum.

1.7 Escola Norte-Americana

Enquanto declinavam as escolas europeias, floresciam as escolas norte-americanas com suas teorias e práticas contábeis, favorecidas não apenas pelo apoio de uma ampla estrutura econômica e política, mas também pela pesquisa e trabalho sério dos órgãos associativos. O surgimento do American Institut of Certield Public Accountants foi de extrema importância no desenvolvimento da Contabilidade e dos princípios contábeis; várias associações empreenderam muitos esforços e grandes somas em pesquisas nos Estados Unidos. Havia uma total integração entre acadêmicos e os já profissionais da Contabilidade, o que não ocorreu com as escolas europeias, onde as universidades foram decrescendo em nível, em importância.

A criação de grandes empresas, como as multinacionais ou transnacionais, por exemplo, que requerem grandes capitais, de muitos acionistas, foi a causa primeira do estabelecimento das teorias e práticas contábeis, que permitissem correta interpretação das informações, por qualquer acionista ou outro interessado, em qualquer parte do mundo.

Nos inícios do século atual, com o surgimento das gigantescas corporações, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento que os Estados Unidos da América experimentou e ainda experimenta, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis. Não é por acaso que atualmente o mundo possui inúmeras obras contábeis de origem norte-americanas que tem reflexos diretos nos países de economia.

1.8 A contabilidade no Brasil:

No Brasil, a vinda da Família Real Portuguesa incrementou a atividade colonial, exigindo – devido ao aumento dos gastos públicos e também da renda nos Estados – um melhor aparato fiscal. Para tanto, constituiu-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil (1808). As Tesourarias de Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

Hoje, as funções do contabilista não se restringem ao âmbito meramente fiscal, tornando-se, num mercado de economia complexa, vital para empresas informações mais precisas possíveis para tomada de decisões e para atrair investidores. O profissional vem ganhando destaque no mercado em Auditoria, Controladoria e Atuarial.

São áreas de análise contábil e operacional da empresa, e, para atuários, um profissional raro, há a especialização em estimativas e análises; o mercado para este cresce em virtude de planos de previdência privada.

2 Setores da contabilidade

2.1 Departamento Pessoal e suas funções na empresa

O departamento pessoal é imprescindível para o bom funcionamento da empresa sabendo que é responsável pela organização e manutenção do arquivo que contém toda a documentação, expedida durante a realização das rotinas, exigidas pelo governo. Além do cumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho, atendimento da fiscalização trabalhista e da justiça do trabalho.

Tem a função de mostrar para o colaborador que a empresa em que ele desenvolve suas atividades é um local organizado e estruturado, estando assim este departamento apto a aguçá-lo para a empresa quando um colaborador está se destacando ou quando precisa ser ajudado ou mais capacitado.

Em empresas de pequeno porte, a prática do departamento pessoal é feita por escritórios de contabilidade. Este setor tem como suas responsabilidades, admitir, treinar, desenvolver, motivar, orientar e fazer o desligamento de funcionários, dentre outras.

O processo de admissão, por exemplo, é dividido em etapas. Primeiramente ocorre a abertura de vagas, a definição do perfil do candidato, definição da melhor forma de divulgar a vaga. Em seguida, acontece a recepção dos currículos para a análise e seleção dos candidatos.

O departamento pessoal, também é responsável por integrar os novos colaboradores à empresa logo após sua admissão, treinando, supervisionando, acompanhando e tirando esclarecendo eventuais dúvidas.

É ele o setor responsável por controlar a presença dos colaboradores, calcular salários, impostos, benefícios, folha de pagamento, de acordo com a legislação trabalhista.

Existem empresas que tem a visão na modernidade, uma tendência do mundo corporativista é a valorização das pessoas, isso está associado ao Departamento de Recursos Humanos, pois são estes que vão cuidar da identidade da empresa frente aos seus colaboradores e a estes os seus direitos frente à empresa.

Investir em departamento pessoal não significa ter um departamento direcionado apenas à admissões, demissões, treinamentos, recrutamentos, avaliações, visto que em algumas empresas não se tem grande fluxo de pessoal. A empresa pode, por exemplo, investir em Recursos Humanos tendo como base um plano de carreira, em que o colaborador possa participar e crescer junto com a empresa.

Diante de todo o exposto, conclui-se, portanto que investir no Departamento de Recursos Humanos é investir na própria empresa, aparecerá melhoras significativas nos processos de comunicação e nas relações interpessoais, enfim ocorrerá uma maior integração organizacional.

2.2 Departamento contábil

As atividades realizadas pelo departamento contábil requerem alguns quesitos. É possível comparar uma empresa com o corpo humano, pois para funcionar perfeitamente, o nosso corpo depende do serviço de cada parte, no mundo empresarial também é assim, são distribuídas diversas funções e cargos, onde cada um deve ser executado para se obter o perfeito funcionamento da empresa.

Uma dessas partes essenciais para a existência da empresa é o departamento contábil, através dele é possível solucionar todos os assuntos contábeis da empresa como Balanço Demonstrações Contábeis; Lançamento do Caixa; Conciliações bancárias; Análise das contas do ativo e passivo; Lançamento das Notas do ativo imobilizado; Lançamento da depreciação; Lançamento da Folha de pagamento; Provisão das Notas emitidas e dos impostos; Fechamento; Elaboração do Balanço Patrimonial; Balancetes e Consultoria Contábil.



Figura 02: Contabilidade e seus setores

Fonte: iglesiascontabil.com.br

Esse departamento requer alguns quesitos para sua execução, sempre apresentar resultados e soluções para o funcionamento e consequentemente lucros e benefícios para a empresa. Tudo relacionado a finanças, passa pelo departamento, desde a liberação de verba para compra de produtos, até o pagamento dos funcionários.

2.3 Departamento Fiscal

É uma das áreas mais delicadas de uma empresa, pois envolve toda a tributação a qual a empresa está sujeita e pode acarretar em fiscalização e autos de infração.

Para evitar problemas presentes ou futuros para nossos clientes, trabalhamos incessantemente em prol de deixar toda essa área em ordem para nossos clientes. Por incessantemente entende-se constante atualização profissional através de cursos e estudo semanal aprofundado de alterações na legislação.

É assim que nossos profissionais se preparam para atender e repassar as exigências estabelecidas pelo fisco e também se disponibilizam para eventuais consultas feitas pelos nossos clientes. Utilizado também para envio de notificações quando um arquivo novo é carregado na internet (Central de Contabilidade).

O Setor Fiscal é de fundamental importância para as empresas, pois tem como função principal a determinação da forma de tributação mais adequada e

também definir suas obrigações na legislação federal, estadual e municipal. Em vista disso, mantemos esse setor em constante treinamento.

Suas principais funções e atribuições são:

- Enquadramento da empresa no sistema tributário: simples nacional. Lucro presumido, lucro real, lucro real estimado;
- Apuração dos impostos: Simples, ISS, ICMS, ICMS-ST, PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, etc;
- Apuração de impostos retidos na fonte (IRRF, INSS, ISS, PIS/Cofins/CSLL, etc);
- Escrituração de Livros Fiscais: Livro de Entradas, Livro de Saídas, Livro de Registro de Apuração de ICMS, entre outros.
- Escrituração livros fiscais serviços prestados e tomados;
- SPED fiscal e SPED contribuições;

Preenchimento e entrega de demonstrativos: DACON, Sintegra, DASN, DCTF, DIMOB, e outros.

2.3.1 Regime Tributário

Enquadramento da empresa no regime tributário adequado (Lucro Real, Lucro Presumido, Simples Nacional, Lucro Real Estimado).

É importante o enquadramento adequado de sua empresa. Há setores da economia e portes de empresa que são obrigados a adotarem o regime determinado pelo governo. Caso a empresa desobedeça a essa regra, terá grandes problemas com o fisco. Outro ponto importante é o planejamento tributário. Pode ser que sua empresa não esteja no regime legalmente mais vantajoso em termos de tributação. É comum as empresas se enquadrarem em Lucro Presumido sendo que o mais interessante poderia ser o Lucro Real. Na Novo Mundo estamos constantemente acompanhando as mudanças de seu negócio para analisar qual regime será mais cabível.

2.3.2 Apuração de impostos

(Simples, ISS, ICMS, ICMS-ST, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, etc)

O cálculo dos impostos é feito de acordo com o faturamento e receitas auferidas durante o mês. Cada tributo tem seu cálculo específico, divergindo em base de cálculo e alíquota. Ao recebermos o movimento mensal de sua empresa, procedemos com a apuração e enviamos os darfs e guias de pagamento assim que finalizamos, para que seja possível planejar seu pagamento com antecedência, preparando Caixa e adaptando com outras despesas e custos.

Apuração de impostos retidos na fonte (IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL, etc)

O instituto de retenção de impostos na fonte foi criado para que um contribuinte fiscalize o outro, tornando-se então o tomador do serviço o responsável tributário pelo recolhimento do tributo devido. Isso significa que tal obrigação sua empresa responsável pelo recolhimento dos tributos devidos ao tomar determinados serviços, o que, quando da cobrança o pelo fisco, será feita a sua empresa e não à pessoa de quem prestou o serviço.

Em outras palavras, é necessário que se preste muita atenção ao contratar um tomador de serviços. Quando o cliente envia a nota fiscal para o Novo Mundo, temos como primeira análise a possibilidade de haver retenção e, caso tenha, enviamos imediatamente a guia ou DARF de recolhimento. O mesmo serve para quando nosso cliente presta serviço a outrem, precisamos explicar-lhe que deverá fazer anotação em nota fiscal ou recibo de eventuais retenções, bem como descontar tal valor do que será recebido de seu cliente.

2.3.3 Escrituração de Livros Fiscais

(Livro de Entradas, Livro de Saídas, Livro de Registro de Apuração de ICMS, entre outros)

Como parte de obrigação estadual estão os livros da empresa. Toda empresa deve manter sua escrituração fiscal em dia e, ao final de cada exercício, manter a guarda dos livros supramencionados. E para tanto, trabalhamos dia-a-dia para manter a obrigação cumprida e, numa eventual fiscalização, a empresa terá toda documentação em ordem.

2.3.4 SPED Fiscal

O SPED Fiscal já está sendo exigido em alguns setores da economia. Logo será exigido também para todas as empresas.

Preenchimento e entrega de obrigações acessórias (GIA, DIPJ, DASN, DCTF, DACON, DIMOB, DIRF, REDF, Sintegra, DES, etc)

Esse tipo de serviço é aquele que o cliente não “vê”, pois não gera nenhum recolhimento e nem se faz necessário para tomada de decisões. Porém, é uma rotina de extrema importância por possuir multas elevadas pela não entrega. Por isso nosso empenho em sempre antecipar o preenchimento e o envio de tais declarações, como objetivo de sempre manter a empresa em dia com o fisco, prestando-lhes informações exatamente de acordo como o movimento da empresa e valores de impostos devidos à Fazenda Pública.

2.3.5 Emissão de Notas Fiscais

A nota fiscal é o comprovante da realização de uma venda ou uma prestação de serviço. Ela é fundamental tanto para que o cliente tenha o registro da compra ou do serviço que adquiriu quanto para a empresa assegurar que realiza determinada atividade e, mais ainda, para pagar corretamente os tributos devidos ao governo.

Mesmo assim, a emissão de notas fiscais pode gerar muitas dúvidas, inclusive após o processo de modernização que instaurou a Nota Fiscal Eletrônica. Veja a seguir algumas dicas que ajudarão sua empresa a emitir notas fiscais corretamente.

* Os dados da NF-e abaixo são fictícios.
 **As NF-e são emitidas exclusivamente pelo site da Prefeitura da Cidade de São Paulo.

 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NF-e 200605011202		Número da Nota 00000001 Data e Hora de Emissão 1/6/2006 12:01:40 Código de Verificação TPUG-ZK2J
PRESTADOR DE SERVIÇOS  CPF/CNPJ: 64.167.648/0001-33 Inscrição Municipal: 1.311.306-8 Nome/Razão Social: FMA - FACULDADE DE MEDICINA APLICADA LTDA Endereço: AV SAPOEMBA 0520 - VILA GUARANI - CEP: 03374-001 Município: São Paulo UF: SP		
TOMADOR DE SERVIÇOS Nome/Razão Social: SANDRO MUNIZ ROCHA CPF/CNPJ: 007.725.827-73 Inscrição Municipal: --- Endereço: R Jornalista Moacir Padilha 70, Apt.306 Blc.2 - Vila Pompéia - CEP: 05020-000 Município: São Paulo UF: SP E-mail: sandromunizrocha@internet.com.br		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - Faculdade de Medicina Aplicada - Mensalidade referente ao mês de junho: R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) Disciplinas Específicas, conforme discriminação abaixo: 8845 - Anatomia III 8872 - Endocrinologia II 8810 - Angiologia e Cirurgia Vascular 8815 - Cirurgia Cardiovascular		
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$ 1.500,00		
Código do Serviço 06690 - ENSINO SUPERIOR, CURSOS DE GRADUACAO E DEMAIS CURSOS		
Valor Total das Deduções (R\$) 0,00	Base de Cálculo (R\$) 1.500,00	Aliquota (%) 5,00%
Valor do ISS (R\$) 75,00		Crédito p/ Abatimento do IPTU 22,50
OUTRAS INFORMAÇÕES - O crédito gerado estará disponível somente após o recolhimento do ISS desta NF-e. - Data de vencimento do ISS desta NF-e: 10/7/2006		

Figura 03: Exemplo de Nota Fiscal

Fonte: www.sitesa.com.br

Data: 01 de Abril de 2016

2.3.6 Os tipos de notas fiscais

As pequenas e médias empresas podem utilizar diversos tipos de notas fiscais. A Nota Fiscal Avulsa é a referente a operações de venda ou revenda de produtos diversos, despachos e circulação de itens.

Já a Nota Fiscal de Venda a Consumidor é utilizada na venda direta de produtos. A Nota Fiscal de Prestação de Serviços diz respeito à prestação de serviço que a empresa prestou para outra pessoa jurídica.

Ainda há a Nota Fiscal Avulsa Eletrônica, uma forma virtual e gratuita para emitir nota avulsa, mas que em contrapartida é oferecida por poucos Estados.

Por fim, há as Notas Fiscais Eletrônicas, uma opção para acabar com a papelada no empreendimento e emitir tudo eletronicamente, mas para isso é necessário que o Estado e/ou Município da empresa ofereça essa modalidade de nota fiscal.

2.3.7 O Tipo da Nota depende da Atividade da empresa

Os procedimentos para obter nota fiscal variam de acordo com a atividade da empresa:

Se o negócio for comercial ou industrial, o administrador deverá pedir a Nota Fiscal Avulsa na Secretaria da Fazenda do Estado. Essa etapa pode ser feita virtualmente em alguns Estados, por requerimento online. Além disso, se o Estado permitir a emissão de Nota Fiscal Eletrônica Avulsa, ele deve ter nome de usuário e senha do Sistema Autenticador e Transmissor de Cupom Fiscal em um posto da Fazenda. É recomendável também arquivar todos os documentos de compra de mercadorias feitas pelo empreendimento, para ter nos relatórios da empresa.

Caso a atividade seja uma prestação de serviço, é necessário solicitar em uma gráfica a Autorização para impressão de documentos fiscais (AIDF) e levar uma autorização preenchida até a prefeitura da cidade para ser aprovada. Depois disso, deve-se voltar para a gráfica e imprimir o talão de notas fiscais.

2.3.8 Nota Fiscal eletrônica

Para solicitar esse tipo de nota fiscal, é necessário ter uma certificação digital junto a uma instituição certificadora, após consultar a relação no site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI. Depois disso, deve-se credenciar na Secretaria da Fazenda Estadual e, posteriormente, instalar um sistema gestor e emissor de notas, para ter o controle de tudo.

2.3.9 Micro Empreendedor Individual (MEI)

O Micro Empreendedor Individual está isento da emissão de nota fiscal para pessoas físicas. Entretanto, deverá fazer a emissão para relações comerciais diretas com pessoas jurídicas.

2.3.10 Medidas de segurança

É importante, durante o processo de emissão e também recebimento de notas fiscais, o empreendedor tomar algumas medidas de segurança para evitar problemas. Recomenda-se implantar uma rotina para comprar e vender produtos, para que os envolvidos no universo das notas fiscais transmitam as informações da maneira certa, sem ninguém se esquecer de nada. Além disso, lembre-se de checar a autenticidade das notas que são recebidas, consultando, por exemplo, o site da prefeitura emissora para verificar se o documento é verdadeiro. Também é possível modernizar o gerenciamento dessas notas com softwares.

Por fim, não se esqueça de que o contador ou o setor ou mesmo empresa terceirizada responsável pela contabilidade deve estar ciente de todas as informações geradas nos processos de compra, venda e prestação de serviço.

3.Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado que contempla empresas com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões. Ele foi lançado no dia 30 de junho de 2007 para descomplicar a vida dos micro e pequenos empresários. Entenda o que é as condições e as vantagens da empresa optante pelo Simples.

Antes do Simples, empresas de portes menores pagavam impostos federais, estaduais e municipais por meio de guias e datas separadas. As alíquotas eram também menos favoráveis, por vezes proporcionais às aplicadas a grandes empresas. Com a inclusão do Simples Nacional alguns procedimentos entraram na vida do pequeno empresário. Vamos a algumas definições.

3.1 O que é Simples Nacional

Como explicamos Simples Nacional é um regime tributário facilitado e simplificado para micro e pequena empresa, que permite o recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia. A alíquota é diferenciada conforme o faturamento, separado em faixas até a receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões.

Esse regime deu fôlego a milhões de empreendedores de diversos setores. Desde 2007, mais segmentos foram incorporados à lista de empresas autorizadas a aderir ao regime simplificado de tributação. Alguns anos depois, com a criação do MEI (Microempreendedor Individual), houve uma nova camada de simplificação para formalizar negócios tocados por autônomos, com até um funcionário.

Dentro da Lei Complementar nº 123/06, o Simples também é chamado de Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Além da unificação dos tributos, o Simples Nacional também se destaca como fator de desempate para empresas que concorrem a licitações do governo e

facilita o cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte do contribuinte.

Para optar pelo Simples Nacional, as microempresas e empresas de pequeno porte devem estar isentas de débitos da Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

3.2 O que significa DAS

Um elemento incluído no ecossistema das pequenas empresas a partir da criação do Simples, o DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional) unificou o recolhimento de impostos, repassando cada um deles automaticamente para as contas do estado, do município e da União.

O regime Simples Nacional destaca-se pelo recolhimento tributário unificado dos impostos do simples:

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição para o PIS/PASEP;
- Contribuição Patronal Previdenciária (CPP);
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

A contribuição unificada acontece por meio da emissão do DAS. O valor é calculado em sistema informatizado disponível para o contribuinte na página do Simples Nacional na internet. A empresa optante pelo simples deve obrigatoriamente utilizar o sistema da Receita Federal para realizar o cálculo do valor para obter a impressão do documento de arrecadação. O valor pago ao banco é repassado a um sistema gerenciado pelo Banco do Brasil que reparte automaticamente o recurso dentro de um dia para os entes de destino.

Quando tornar minha empresa optante pelo Simples?

A opção Simples Nacional permite o não recolhimento direto ao INSS, que conforme a atividade pode representar até 40% da folha de pagamento. Especialistas recomendam que se adote o Simples apenas se a empresa tenha gastos altos com rendimentos do pró-labore e remunerações dos autônomos. Contudo, devido à enorme variedade de atividades e de formas de tributação recomenda-se uma análise mais específica para cada caso.

Para estes fins, o empreendedor deve começar observando a sua respectiva tabela do Simples Nacional:

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS
Até 180.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De 360.000,01 a 540.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De 540.000,01 a 720.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 720.000,01 a 900.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,23 %	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,32 %	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,42 %	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	11,51 %	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	11,61 %	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

Tabela 01: Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Comércio**Fonte:** <https://blog.contaazul.com>**Data:** 20 de Março de 2016

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ICMS	IPI
Até 180.000,00	4,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%	0,50%
De 180.000,01 a 360.000,00	5,97%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%	0,50%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,34%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%	0,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,04%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%	0,50%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,10%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%	0,50%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	8,78%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%	0,50%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	8,86%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%	0,50%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	8,95%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%	0,50%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	9,53%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%	0,50%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	9,62%	0,42%	0,42%	1,26%	0,30%	3,62%	3,10%	0,50%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	10,45%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%	0,50%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	10,54%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%	0,50%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	10,63%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%	0,50%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	10,73%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%	0,50%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	11,73%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%	0,50%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	11,82%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%	0,50%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	11,92%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%	0,50%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	12,01%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%	0,50%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	12,11%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%	0,50%

Tabela 02: Alíquotas e Planilha do Simples Nacional- IndústriaFonte: <https://blog.contaazul.com>

Data: 20 de Março de 2016

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISS
Até 180.000,00	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	8,21%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	4,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

Tabela 03: Partilha do Simples Nacional - Receita de Locação de Bens e Serviços**Fonte:** <https://blog.contaazul.com>**Data:** 20 de Março de 2016

		MINISTÉRIO DA FAZENDA CGSN		1a. via	
DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL				02 COMPETÊNCIA → 03/2015	
DAS				03 NÚMERO DO CNPJ →	
01 RAZÃO SOCIAL [REDACTED] Número do Documento: [REDACTED] Data limite para acolhimento: 20/04/2015 Observações: CPF: [REDACTED] Tributos (R\$): INSS 39,40 ICMS 0,00 ISS 5,00 PGMEI (Versão: 1.5.4.0) SENDA (Versão 2.4.3) 04/04/2015 19:37:28				04 DATA DE VENCIMENTO → 20/04/2015	
				05 VALOR DO PRINCIPAL → 44,40	
				06 VALOR DA MULTA →	
				07 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS →	
				08 VALOR TOTAL → 44,40	
				09 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente em duas vias)	
					

Figura 04: Exemplo Documento Simples Nacional

Fonte: <https://canaldomei.wordpress.com>

Data: 20 de Março de 2016

3.3 Entenda como calcular o Simples Nacional

3.3.1 Empresas elegíveis

Simples Nacional é um sistema de tributação restrito para microempresas e empresas de pequeno porte. Para efeito do Simples, considera-se como microempresa aquela pessoa jurídica que tiver auferido, no ano-calendário em questão, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120 mil. Já a empresa de pequeno porte é a pessoa jurídica que auferiu, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120 mil e igual ou inferior a R\$ 1,2 milhão.

3.3.2 Receita bruta proporcionalizada

Quando a empresa tem 13 meses completos de operação, são utilizados para identificar a base de cálculo os 12 meses que antecedem o período de apuração. No caso de empresas iniciantes, que contam com menos de 13 meses de funcionamento, a situação é um pouco diferente. Para identificar a base de cálculo é

preciso usar a receita bruta proporcionalizada, como prevê o Artigo 5º da Resolução CGSN nº 051/2008.

Ou seja, caso a empresa em questão tenha iniciado suas atividades no próprio ano-calendário da sua opção pelo Simples Nacional, para determinar a alíquota a ser pago no primeiro mês, o sujeito passivo deve utilizar como receita bruta total acumulada a receita do mês de apuração multiplicada por doze.

3.3.3 Meses seguintes

Nos 11 meses que seguem o início da atividade, para determinar a alíquota a ser pago no Simples Nacional, o sujeito passivo deve utilizar a média aritmética da receita bruta total dos meses que antecedem o período de apuração multiplicada por 12. Em situações que o início de atividade em ano-calendário seja imediatamente anterior ao da opção pelo sistema de tributação do Simples Nacional, o sujeito passivo deve também utilizar a média aritmética da receita bruta total dos meses anteriores ao período de apuração multiplicada por 12.

Quando alcançar 13 meses de atividade a companhia deve então adotar, para determinação da alíquota, a receita bruta total acumulada nos 12 meses que antecedem o período de apuração.

É considerado como início de atividade da companhia o momento da primeira operação após a constituição e integralização do capital que leve à mutação no patrimônio de pessoa jurídica.

É importante saber que se a atividade do negócio começar no próprio ano-calendário da opção pelo Simples Nacional, os limites para microempresa e empresa de pequeno porte serão proporcionais ao número de meses em que a companhia houver exercido atividade, sendo desconsideradas as frações de meses.

4. Tipos de Contabilidade

4.1 Contabilidade de custos

A contabilidade de custos abarca a contabilização de todos os custos e benefícios, incluindo a contabilização de instalações, material e salários. Ramo da contabilidade que trata da classificação, contabilização, distribuição, recopilação e informação dos custos correntes e em perspectiva. Encontram-se incluídos no campo da contabilidade de custos: o desenho e a operação de sistemas e procedimentos de custos; a determinação de custos por departamentos, funções, responsabilidades, atividades, produtos, territórios, períodos e outras unidades; assim mesmo, os custos futuros previstos ou estimados e os custos regulares ou desejados, bem como também os custos históricos; a comparação dos custos de diferentes períodos; dos custos reais com os custos estimados, orçados ou regulares, e dos custos alternativos.

O contador de custos classifica os custos de acordo a padrões de comportamento, atividades e processos com os quais se relacionam produtos aos que correspondem e outras categorias, dependendo do tipo de medição que se deseja. Tendo esta informação, o contador de custos calcula, informa e analisa o custo para realizar diferentes funções como a operação de um processo, a fabricação de um produto e a realização de projetos especiais. Também prepara relatórios que auxiliam a administração para estabelecer planos e selecionar entre os cursos de ação pelos que podem ser optado.

De modo geral os custos que se reúnem nas contas servem para três propósitos gerais:

- Fornecer relatórios relativos a custos para medir a utilidade e avaliar o inventário (estado de resultados e balanço geral);
- Oferecer informação para o controle administrativo das operações e atividades da empresa (relatórios de controle);
- Fornecer informação à administração para fundamentar o planejamento e a tomada de decisões (análises e estudos especiais);

4.2 Contabilidade pública

Diz respeito a toda área financeira contábil de entidades e setor público. Princípios, costumes e procedimentos associados com a contabilidade das unidades governamentais autárquicas, estatais e nacionais, isto quer dizer a contabilidade levada pelas empresas do setor público de maneira interna, um exemplo seriam as secretárias de estado ou qualquer dependência de governo, como a contabilidade nacional, na qual se resumem todas as atividades do país, incluindo seus rendimentos e suas despesas.

A maioria das pessoas dedicadas à contabilidade pública são contadores públicos certificados. O certificado dos contadores públicos é uma licença para praticar conferida pelo estado a partir de rigorosos exames e evidência de experiência prática.

Os serviços básicos que oferecem as empresas de contadores públicos certificados incluem auditoria, serviços tributários, serviços de consultoria gerencial e serviços a empresas pequenas.

4.3 Contabilidade gerencial

A Contabilidade Gerencial preocupa-se com a informação contábil útil à administração. Os administradores utilizam-se dos dados gerenciais para planejamento, avaliação e controle adequados da organização, por meio de um Sistema de Informação Contábil.

Tanto os usuários internos, como sócios e gestores, quanto os externos, como auditoria, utilizam a informação contábil. A diferença está no tipo da informação e na maneira como atua.

É um tipo de informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização. É o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais.

Esse conceito também pode ser aplicável às organizações que não têm o lucro como objetivo. Independente do objetivo da empresa, todas precisam gerenciar o uso dos seus recursos.

Ela não se prende a nenhuma obrigação legal, é o administrador que determina quais os procedimentos que mais necessita para a tomada de decisões. Sob esse aspecto, a informação deve ser clara, precisa, rápida e dirigida. São características da informação gerencial: comparabilidade, confiança, tempestividade, detalhamento adequado e relevância.

4.4 Contabilidade Tributária

Seja qual for o porte e o segmento de um empreendimento, toda empresa tem uma coisa em comum: a necessidade de conhecer qual a modalidade de tributação em que está inserida — se é Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples Nacional — já que é a partir daí que é feito o balanço financeiro e ela saberá quanto de imposto terá que pagar. Essa informação é fornecida através da Contabilidade Tributária, também conhecida como Contabilidade Fiscal. Para que uma empresa tenha longevidade de atuação, é importante que um bom contador fiscal (tributário) tenha conhecimento suficiente sobre tributos e regulamentos, amparando as decisões da empresa na hora de pagar impostos e ficar em dia com a legislação.

Assim como Economia e Administração, a Contabilidade também está enquadrada como uma ciência social. A Contabilidade Tributária faz parte da Contabilidade e trabalha na administração de tributos de uma empresa. Seu conceito se estende a um conjunto de ações e procedimentos que visam apurar e conciliar a geração de tributos. É através da análise regular que profissionais da área de Contabilidade Tributária poderão elaborar o balanço financeiro e saber o quanto de impostos a empresa tem que pagar.

É importante deixar bem claro que o conceito de Contabilidade Tributária vai além da organização dos tributos e seu objetivo se estende à manutenção da viabilidade do negócio, uma vez que, se qualquer erro for cometido na tributação, o valor dos impostos pode custar muito caro para a empresa — principalmente na atual crise que o país se encontra.

4.5 Contabilidade Privada

Em contraste com o contador público, quem presta seu serviço a muitos clientes, na indústria privada o contador é um empregado de uma só empresa. O chefe do departamento de contabilidade de uma empresa pequena ou média geralmente chama-se controlador, em reconhecimento ao fato de que um dos usos principais da informação contável é o de ajudar a controlar as operações do negócio. O controlador o trabalho dos empregados do departamento de contabilidade, faz parte da equipe do alto gerenciamento encarregado de manejar o negócio, estabelecer seus objetivos e assegurar seu cumprimento.

Os contadores nas empresas privadas sejam grandes ou pequenas, devem registrar as transações e preparar estados financeiros jornais a partir dos registros contáveis.

Dentro da área de contabilidade geral desenvolveu-se uma variedade de fases especializadas da contabilidade. Entre as mais importantes podemos descrever as seguintes:

4.6 Contabilidade Fiscal

Baseia-se na constituição e refere-nos às leis específica, como o código fiscal da federação, onde nos define como se deve levar a contabilidade a nível fiscal.

É inegável a importância que reviu a contabilidade fiscal para os empresários e os contadores já que compreende o registro e a preparação de relatórios pendentes à apresentação de declarações e o pagamento de impostos. É importante assinalar que pelas diferenças entre as leis fiscais e os princípios contáveis, a contabilidade financeira em ocasiões difere muito da contabilidade fiscal, mas isto não deve ser uma barreira para levar na empresa um sistema interno de contabilidade financeira e de igual forma estabelecer um adequado registro fiscal.

Esta contabilidade divide-se em duas: contabilidade geral e contabilidade simplificada.

A contabilidade geral encontra no artigo 28 deste código o qual nos fala das regras sobre os livros e registros contáveis.

As pessoas que de acordo às disposições fiscais estejam obrigadas a levar contabilidade devem observar as seguintes regras:

- Levassem os sistemas e registros contáveis que assinale o regulamento deste código.
- Os assentos na contabilidade serão analíticos e deverão ser efetuado dentro dos dois meses seguintes à data em que se realizem as atividades respectivas.
- Levassem a contabilidade em seu domicílio e se cumprem com os requisitos do regulamento do código, poderão ser levado em um local diferente.

A contabilidade simplificada; para um regime especial, para um regime simplificada e/ou regime de pequenos contribuintes.

Esta contabilidade compreende um só livro foliado de rendimentos e egressos e de regras de investimentos e deduções.

4.7 Contabilidade Financeira

É uma técnica que se utiliza para produzir sistemática e estruturadamente informação quantitativa expressa em unidades monetárias das transações que realiza uma entidade econômica e de certos eventos econômicos identificáveis e quantificados que a afetam, com o objeto de facilitar aos diversos interessados o tomar decisões em relacionamento com dita entidade econômica.

Mostra a informação que se facilita ao público de modo geral, e que não participa na administração da empresa, como são os acionistas, os credores, os clientes, os fornecedores, os sindicatos e os analistas financeiros, entre outros, embora esta informação também tem muito interesse para os administradores e diretores da empresa. Esta contabilidade permite obter informação sobre a posição financeira da empresa, seu grau de liquidez e sobre a rentabilidade da empresa.

4.8 Contabilidade Administrativa

Também chamada contabilidade gerencial, desenhada ou adaptada às necessidades de informação e controle aos diferentes níveis administrativos. Refere-se de maneira geral à extensão dos relatórios internos, de cujo desenho e apresentação se faz responsável atualmente ao controlador da empresa.

Está orientada aos aspectos administrativos da empresa e seus relatórios não transcenderão a companhia, ou seja, seu uso é estritamente interno e serão utilizados pelos administradores e proprietários para julgar e avaliar o desenvolvimento da entidade à luz das políticas, metas ou objetivos pré-estabelecidos pelo gerenciamento ou direção da empresa; tais relatórios permitirão comparar o passado da empresa, com o presente e mediante a aplicação de ferramentas ou elementos de controle, prever e planejar o futuro da entidade.

Também pode fornecer qualquer tipo de dados sobre todas as atividades da empresa, mas costuma se centrar em analisar os rendimentos e custos da cada atividade, a quantidade de recursos utilizados, bem como a quantidade de trabalho ou a amortização da maquinaria, equipes ou edifícios. L a contabilidade permite obter informação periódica sobre a rentabilidade dos diferentes departamentos da empresa e o relacionamento entre as previsões efetuadas no orçamento; e pode explicar porque se produziram desvios.

4.9 Contabilidade por atividades

Modalidade da contabilidade administrativa que implica a classificação e operação das contas das diferentes atividades, com objeto de facilitar o processo de ajustar a um plano o funcionamento de uma organização; uma contabilidade por funções. Sua aplicação principal indica-se em situações em que o planejamento por adiantado, a autoridade, a responsabilidade e a obrigação de dar conta podem ser associado com centros ou unidades pequenas de operação. Por sua ênfase quanto à responsabilidade sobre as operações e o rendimento de contas, a contabilidade por centros de atividade fornece uma maior realidade, bem como também um incentivo na delegação da autoridade administrativa.

4.10 Contabilidade de organizações de serviço

É aplicável a todos os tipos de organizações ou indústrias de serviços, são definidas de várias formas. São organizações que produzem um serviço mas que um bem tangível como as assinaturas de contadores públicos, assinaturas de advogados, consultores administrativos, assinaturas de propriedade raiz, companhia de transporte, bancos e hotéis. Quase todas as organizações não lucrativas ou não para utilidade são indústrias de serviços. São exemplos hospitais, escolas e um departamento reflorestal.

4.11 Contabilidade de fluxo

Sistema de contabilidade desenhado de tal forma que os elementos originais das despesas registradas nas contas primárias possam ser identificáveis tanto nas contas secundárias como nos estados financeiros, particularmente no estado de rendimentos (ou de resultados).

4.12 Contabilidade Bancária

A contabilidade é a ciência e técnica que se encarrega de dar informação útil para a tomada de decisões econômicas. O seu objetivo consiste em estudar o patrimônio e refletir os resultados em estados financeiros, que supõem o resumo de uma situação econômica.

Bancário, por sua vez, é um adjetivo que se refere àquilo que pertence ou que é relativo à banca mercantil. Convém recordar que um banco é, neste sentido, uma entidade financeira dedicada à administração de dinheiro, que presta serviços como empréstimos de dinheiro e depósito de valores.

A contabilidade bancária, posto isto, é uma noção que está relacionada com um ramo contabilístico consagrado à análise dos elementos financeiros que circulam internamente numa entidade bancária.

Graças a esta disciplina, é registrada a informação referente ao dinheiro que circula no banco, pelo que a contabilidade bancária dá conhecimentos aos gerentes para que estes possam tomar as melhores decisões para a entidade.

Os produtos e os serviços oferecidos pelo banco dependem, em grande parte, dos estados refletidos pela contabilidade bancária. Ao conhecer com precisão

qual é o fluxo de capital interno na entidade, os responsáveis em tomar decisões podem determinar que tipo de produtos e serviços lançar para os clientes.

Os custos, a rentabilidade e os riscos figuram entre as variáveis mais importantes que analisa a contabilidade financeira. O objetivo é zelar pelo patrimônio da entidade para que o desenvolvimento das atividades não ameace a estabilidade da organização e permita obter lucros.

4.13 Contabilidade de Seguros

É o ato ou efeito de traçar todo um sistema de controle, contabilização e análise da gestão de uma seguradora, utilizando instrumentos necessários à sua administração operacional e financeira.

4.14 Contabilidade fiduciária

Contas que se planejam e se levam para as propriedades em mãos de um fideicomissário, de um executor ou abacia, ou administrador, bem seja baixo a jurisdição direta de um tribunal, ou atuando em virtude de uma escritura de fideicomisso privado ou de outro instrumento de nomeação.

4.15 Contabilidade geral da empresa

Contabilidade em conjunto de toda uma empresa, em contraste com a contabilidade das diversas entidades, sucursais ou departamentos de que pode estar composta a mesma empresa.

4.16 Contabilidade de posição

Procedimento necessário para levar uma seção de saldos automáticos dentro de um sistema de partida dupla, que indica a posição, à alça ou à baixa, em divisas estrangeiras, ou em um mercado de artigos de comércio ou de valores. Amostra, por uma parte, compra-as e as vendas, geralmente de futuros “” na cada divisa, artigo e comércio ou valor versátil e, por outra, as obrigações de pagamento ou os direitos a cobrar de credores ou devedores individuais, nas quantidades correspondentes em moeda nacional.

4.17 Contabilidade agrícola

Trata-se nesta indústria de estabelecer tão exatamente como seja possível o preço de custo das colheitas ou dos animais.

A prática desta contabilidade é bastante delicada. Efetivamente, os trabalhos de cultivo são muito menos regulares que os industriais, já que estão submetidos às condições meteorológicas, outra dificuldade reside em que certas despesas estão empenhadas por muitos anos, por exemplo a melhoria de certos rendimentos.

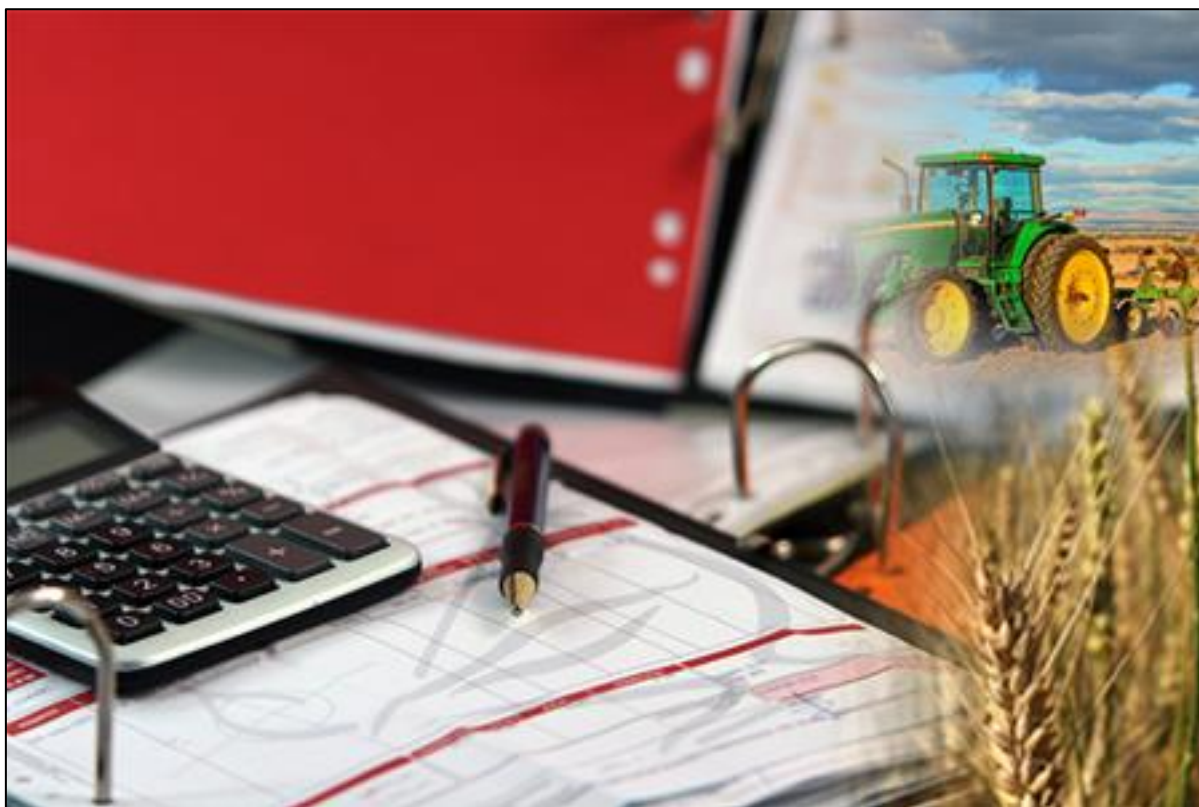


Figura 05: Contabilidade na Atividade Agrícola
Fonte: <http://www.tdados.com>

5. Importância da Contabilidade

A contabilidade é importante em todo tipo de negócio, pois ela pode proporcionar uma facilidade maior com a organização de documentos, cadastros que são essenciais para um bom funcionamento de toda empresa.

Portanto, podemos dizer que quando pessoas se interessam em cuidar da saúde financeira de uma empresa, ajudando o empresário a decidir no que investir, o quanto gastar, qual margem de lucro determinar, toda empresa terá um belo futuro.

5.1 Para pequenas empresas

Abrir uma micro ou pequena empresa no mercado é sonho de muitos empreendedores. Todos os meses é possível encontrar novas empresas no mercado, mesmo sabendo que a carga tributária que incide sobre os seus lucros é alta. Porém, da mesma forma que vemos muitas delas abrirem, vemos também muitas fecharem com menos de um ano no mercado. Será somente a carga tributária a causa do fechamento de inúmeras empresas no Brasil?

Não é raro ver micro ou pequenos empresários que somente contratam **escritórios de contabilidade** para se manter em dia com o Fisco. Ainda é muito comum a visão de que o **contador** é um profissional que lida diretamente com tributos e nada mais ou empresários que se limitam a pagar um profissional para que preste esse tipo de serviço, achando que é totalmente inviável para o seu bolso pagar por algo mais. Mediante esse tipo de pensamento é que muitas empresas têm saído rapidamente do mercado, pois balanços patrimoniais, controle de estoque e outras informações essenciais são deixados em segundo plano.

Mesmo sendo algo tão simples de ser feito, o **fluxo de caixa** ainda é ignorado por grande parte dos micro e pequenos empresários.

Portanto, podemos dizer que o contabilista é aquele que cuida da saúde financeira de uma empresa, ajudando o empresário a decidir no que investir, o quanto gastar qual margem de lucro determinar.

5.2 Para os empreendedores

O sistema contábil é o principal e o mais confiável sistema de informações de uma empresa. A contabilidade possui em sua estrutura elementos fundamentais para se tornar o sistema de informação mais importante dentro de uma organização. Hoje já é possível, o empreendedor, perceber que é através da contabilidade que se produzem os relatórios contábeis e financeiros que servem de subsídios para o gerenciamento do empreendimento. Podemos ainda dizer, que a contabilidade é a ciência que busca contar a história da empresa através dos registros dos atos e fatos contábeis.

Quando o empreendedor formaliza a sua empresa, através do registro do Contrato Social, no órgão competente, a contabilidade dá início ao registro da história deste empreendimento em um livro revestido das formalidades legais, chamado de livro diário. No Contrato Social existe uma cláusula que trata do valor do capital social da empresa, sua composição e das divisões em quotas.

Este valor é lançado no livro diário na conta “Caixa ou Bancos” que pertence ao Ativo e em contra partida, na conta “Capital Social” que pertence ao Passivo e representa o Patrimônio da empresa.

A partir deste registro, todos os Atos e Fatos que ocorrerem na empresa, ou melhor, todas as Compras, Vendas, Despesas, dentre outros, deverão ser registrados para composição dos relatórios contábeis e financeiros que servirão de subsídios para a tomada de decisão do administrador. Dentre estes relatórios, podemos citar o Balanço Patrimonial, onde estão representados os bens, direitos e obrigações da empresa.

Para levantamento do Balanço Patrimonial, deverá ser elaborada a DRE – Demonstração do Resultado do Exercício, onde serão demonstradas as Receitas, os Impostos Incidentes sobre as Vendas, o Custo, o Lucro Bruto, a Despesas Operacionais e não Operacionais, dentre outras.

Na DRE, o Administrador já poderá analisar as Receitas, as Compras, os Impostos Incidentes sobre as Vendas, o Lucro Bruto, as Despesas Operacionais onde estão as Despesas Administrativas, Tributárias, dentre outras.

Verificar se os dados apresentados estão de acordo com o planejamento, se foi elaborado, se não foi, poderá analisar se estes são compatíveis com o porte e a movimentação da empresa, e encontrando alguma incompatibilidade, elencar as providências que deverão ser tomadas para adequação a situação que julgar compatível.

No Balanço Patrimonial, irá encontrar o Ativo onde deverão estar relacionados os Bens e Direitos e o Passivo onde deverão estar relacionadas às obrigações. Neste, deverá ser analisada a situação dos bens, direitos e obrigações, levando em consideração a situação patrimonial da empresa.

Isto demonstra que o administrador deverá ter conhecimento da contabilidade enquanto instrumento gerencial. Assim como a contabilidade é importante para o Administrador de Empresa como instrumento de tomada de decisão.

Dentro deste contexto, podemos observar que a contabilidade como instrumento gerencial, tem o objetivo de fornecer elementos e subsídios para que o administrador possa analisar a situação da empresa e tomar as decisões oportunas.

Assim como, fornecer subsídios para elaboração de um planejamento gerencial, buscando o bom funcionamento e o desenvolvimento da empresa. Diante deste relato, podemos então afirmar que esta, deverá ser considerada, uma das formas de contribuição da contabilidade para o Administrador de Empresas.

6.Ferramentas utilizadas

6.1 Patrimônio

Patrimônio é o conjunto de bens, direitos e obrigações vinculado a uma pessoa ou a uma entidade. É o objeto de estudo da contabilidade.

Abrange tudo aquilo que a pessoa tem (bens e direitos) e tudo aquilo que a pessoa deve (obrigações). Do ponto de vista contábil, são considerados apenas os bens, direitos e obrigações que podem ser avaliados em moeda.

Os bens e direitos constituem a parte positiva do Patrimônio, chamada Ativo. As obrigações representam a parte negativa do Patrimônio, chamada Passivo.

6.1.1 Bens

São bens tudo o que possui valor econômico e que pode ser convertido em dinheiro, sendo utilizado na realização do objetivo principal de seu proprietário. Os bens classificam-se em: Bens Móveis, Bens Imóveis, Bens Tangíveis e Bens Intangíveis. Os bens fazem parte do **ATIVO** (patrimônio bruto).

6.1.2 Bens Móveis

São móveis os bens passíveis de remoção sem dano, seja por força própria ou por força alheia. Ou seja, objetos concretos, palpáveis, físicos, que não são fixos ao solo. Ex.: dinheiro, veículos, móveis, utensílios, máquinas, estoques, animais (que possuem movimentos próprios, semoventes), etc.



Figura 06: Bens Moveis
Fonte: <http://www.dreamstime.com>

6.1.3 Bens Imóveis

São imóveis os bens que não podem ser retirados de seu lugar natural (solo e subsolo) sem destruição ou dano, ou seja, aqueles que, para serem deslocados, terão de ser total ou parcialmente destruídos (pois são fixos ao solo). Ex.: árvores, edifícios, terrenos, construções, etc.



Figura 07: Bens Imóveis
Fonte: <https://arcoweb.com.br>

6.1.4 Bens Tangíveis

Também chamados de bens corpóreos e bens materiais, são tangíveis os bens que constituem uma forma física, bens concretos, que podem ser tocados. Ex.: veículos, terrenos, dinheiro, móveis e utensílios, estoques, etc.



Figura 08: Bens Tangíveis
 Fonte: <http://www.accentbrasil.com>

6.1.5 Bens Intangíveis

Também chamados de bens incorpóreos e bens imateriais, são intangíveis os bens que não constituem uma realidade física e que não podem ser tocados. Ex.: nome comercial (marca), patente de invenção, ponto comercial, o domínio de internet, etc.



Figura 9: Bens Intangíveis
 Fonte: <http://www.montesuaempresa.com>

6.1.6 Direitos

São os recursos que a empresa tem a receber e que gerarão benefícios presentes ou futuros. Pode ser, por exemplo, o valor que uma empresa receberá decorrente de uma venda a prazo. O comprador já levou a mercadoria, porém ainda não pagou então a empresa tem o direito de receber o valor correspondente. Fazem parte do **ATIVO** (patrimônio bruto).

Exemplos de direitos: duplicatas a receber, salários a receber, aluguéis a receber, contas a receber, títulos a receber, etc.

6.1.7 Obrigações

São dívidas, valores a serem pagos a terceiros (empresa ou pessoa física). Fazem parte do **PASSIVO**.

Quando se compra um bem a prazo, ele integra-se ao patrimônio a partir do momento que o fornecedor o entrega. Como foi uma venda a prazo, a empresa passa a ter uma obrigação com o fornecedor, representada por uma conta a pagar. Assim como aumenta de um lado o Ativo (bem) da empresa, de outro lado aumenta o Passivo (obrigação) da empresa.

Exemplos de Obrigações: salários a pagar, aluguéis a pagar, contas a pagar, Fornecedores ou Duplicatas a pagar (referente a compra de mercadorias a prazo), impostos a pagar (ou impostos a recolher), etc.

6.2 Patrimônio Líquido (PL)

A Situação Patrimonial Líquida também faz parte do **PASSIVO** (obrigações), mas contém uma natureza especial, onde também fazem parte das obrigações os direitos dos acionistas, sócios ou titular da empresa individual em relação ao patrimônio da pessoa jurídica.

Representa aquilo que, de fato, a pessoa tem. Isto é, sua **riqueza efetiva**, o que lhe sobra depois de pagar todas as suas dívidas.

O Patrimônio Líquido é a diferença entre os valores do ativo (+) e do passivo (-) de uma entidade em determinado momento, ou seja, se a empresa tem

um Ativo (bens + direitos) de R\$100.000,00 e um Passivo (obrigações) de R\$40.000,00, o Patrimônio Líquido dessa entidade será de R\$60.000,00.

Ativo R\$100.000,00	Passivo R\$40.000,00
	Patrimônio Líquido R\$60.000,00
Total Ativo R\$100.000,00	Total Passivo R\$100.000,00

Tabela 04: Ativo e Passivo
Fonte: www.socontabilidade.com.br
Data: 05 de Abril de 2016

O PL também figura no lado do Passivo em virtude de o capital, reservas, etc., pertencerem aos proprietários da empresa (sócios, acionistas) e não deixa de ser uma obrigação da empresa pessoa jurídica para com os proprietários pessoa física.

6.3 Capital

O Patrimônio pode ser conceituado como um conjunto de capitais, cuja origem dos capitais está representada pelo Passivo e a aplicação dos capitais pelo Ativo.

O capital é o conjunto de recursos postos à disposição da empresa, seja por terceiros ou por proprietários (passivo ou patrimônio líquido).

Ou seja, é a soma das riquezas ou recursos acumulados que se destinam à produção de novas riquezas.



Figura 10: Capital

Fonte: <http://blog.turbotax.ca/do-you-qualify-for-the-capital-gains-deduction/>

6.3.1 Capital Social

É o investimento inicial feito pelos proprietários da empresa e corresponde ao patrimônio líquido inicial. Ele só é alterado quando os proprietários realizam investimentos adicionais (aumentos de capital) ou desinvestimentos (diminuições de capital). Também pode receber a denominação Capital Nominal ou Capital Integralizado.

6.3.2 Capital Próprio

Constitui a riqueza líquida à disposição dos proprietários. É a soma do capital social, suas variações, os lucros e as reservas. Ou seja, é aquele que se originou da própria atividade econômica da entidade, como lucros, reservas de capital e reservas de lucros. Equivale ao Patrimônio Líquido (ou Situação Líquida).

6.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) é a principal Demonstração Financeira existente (relatório contábil obrigatório por Lei). Ele mostra como de fato está

o Patrimônio da empresa, refletindo sua posição financeira em um determinado momento (no fim do ano ou em qualquer data predeterminada).

No Balanço, o Patrimônio equilibra os bens e direitos com as obrigações e as participações dos acionistas. Desta forma, ele é a igualdade patrimonial. O BP mostra o Patrimônio da entidade tanto quantitativa quanto qualitativamente (apresenta cada item que faz parte do Patrimônio e quanto se tem de cada um).

O termo "Balanço" origina-se do equilíbrio:

Ativo = Passivo + PL; Aplicações = Origens; Bens + Direitos = Obrigações.

Parte da ideia de uma balança de dois pratos, onde sempre há a igualdade de um lado com o outro (se não estiver em igualdade, significa que há erros na contabilidade da entidade).



Figura 11: Balança do Equilíbrio Patrimonial
Fonte: www.socontabilidade.com.br

Em resumo, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade.

6.4.1 Estrutura do Balanço Patrimonial

O BP tem na sua constituição duas colunas: a coluna do lado esquerdo é a do Ativo e a coluna do lado direito é a do Passivo.

No lado esquerdo são discriminados os bens e direitos. No lado direito são discriminadas as obrigações (dívidas) que a empresa possui para com terceiros, por sua natureza e por sua expressão monetária.

Também no lado direito são discriminadas as contas do Patrimônio Líquido, sendo as obrigações para com a empresa. São os recursos que os acionistas, sócios investiram na entidade. Ex.: investimento feito pelos proprietários (dinheiro aplicado) reserva de lucros, etc.

Balanço Patrimonial			
ATIVO		PASSIVO	
Bens + direitos		Obrigações com terceiros	
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Obrigações com a empresa (diretores, acionistas, etc.)	
TOTAL ATIVO	\$	TOTAL PASSIVO	\$

Tabela 05: Total ativo = Total passivo

Fonte: www.socontabilidade.com.br

6.5 Métodos de Escrituração

Método de Escrituração é o meio pelo qual procedemos ao registro de fatos contábeis.

Embora haja diversas maneiras diferentes de escriturar os fatos contábeis, todas elas procedem de dois métodos fundamentais: o método das Partidas Simples e o método das Partidas Dobradas.

6.5.1 Método das Partidas Simples

Este método encontra-se em desuso por ser incompleto e deficiente. Nele, registramos apenas as operações realizadas com pessoas, omitindo-se o registro de elementos do patrimônio e do resultado. Todos os itens do patrimônio e do resultado como mercadorias, veículos, imóveis, despesas, receitas, etc., são controlados extras contabilmente. Nele, apenas uma das operações débito (D) ou crédito (C) é contabilizado.

6.5.2 Método das Partidas Dobradas

Descrito pela primeira vez em 1494, na Itália, pelo frade Luca Pacioli no livro *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità* no capítulo “Particulario de computies et Scripturis” (Contabilidade por Partidas Dobradas), que fala sobre um tratado da contabilidade.



Figura 12: Frei Luca Paioli, o pai da contabilidade
Fonte: <https://bookishgirl.com>

Neste capítulo, ele enfatiza que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos. O método teve rápida difusão e foi universalmente aceito e adotado desde esta época, sendo hoje considerado um dos pilares da contabilidade moderna. A todo *débito* corresponde

um *crédito de igual valor* e vice-versa. Se aumentar de um lado, deve consequentemente aumentar do outro lado também.

Como é mais comum uma transação conter somente duas entradas, sendo uma entrada de crédito em uma conta e uma entrada de débito em outra conta, daí a origem do nome "dobrado".

6.6 Débito e Crédito

As palavras Débito e Crédito, na linguagem contábil, têm significados muito diferentes daqueles que têm na linguagem cotidiana.



Figura 13: Débito e Crédito
Fonte: www.socontabilidade.com.br

Debitar: Significa anotar na coluna do Débito de uma conta, para aumentar o seu valor (se a conta representa um Bem ou um Direito), ou para diminuir seu valor (se a conta representa uma obrigação).

Creditar: Significa registrar uma importância na coluna de Crédito de uma conta, para aumentar seu valor (se a conta representa uma obrigação), ou para diminuir seu valor (se a conta representa um Bem ou Direito).

Há duas formas de os lançamentos débito e crédito serem feitos:

D- Estoque C- Bancos	Ou	Estoque a Bancos
---	----	--------------------------------

No primeiro caso, "D" e "C" significam débito e crédito, respectivamente. Já no segundo caso, o "a" sinaliza crédito, sem a necessidade de colocar a letra "D" antes da conta Estoque. Tem-se por mais usada a primeira opção.

Débito é a aplicação de recurso, enquanto **Crédito** é a origem do recurso aplicado. Ou seja, quando um contador faz um lançamento a débito em uma conta, significa que o dinheiro, o bem ou o serviço destina-se àquela conta. Agora, quando ele faz um lançamento a crédito em uma conta, significa que o dinheiro, o bem ou o serviço teve origem naquela conta.

Por exemplo: Uma empresa comprou um terreno do valor de \$80.000,00. Para pagar à vista, foi usado o dinheiro disponível no caixa da empresa. Lançamos o registro destas duas contas da seguinte forma:

D- Imóveis (O terreno teve **destino** na conta em questão, já que faz parte dos imóveis da empresa.)

C- Caixa (O lançamento teve **origem** na conta Caixa, já que foi pago à vista com o dinheiro da empresa.)

7 Capital de Terceiros

Corresponde ao passivo real ou passivo exigível (obrigações) da empresa e representa os investimentos feitos com recursos de terceiros. Por exemplo: compra de um imóvel financiado pelo banco em 12 vezes (Financiamentos a pagar) ou compra de mercadorias (estoque) com pagamento a prazo (Fornecedores).

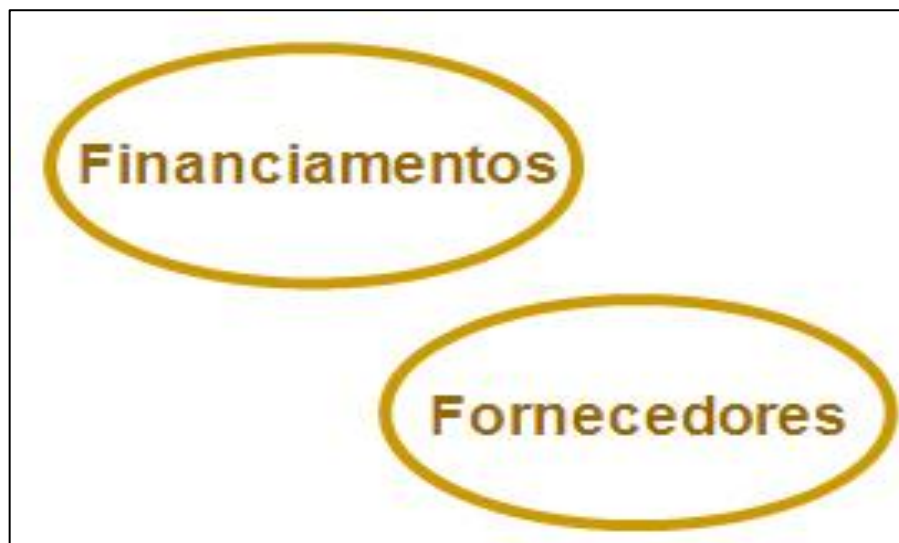


Figura 14: Financiamentos e Fornecedores
Fonte: www.socontabilidade.com.br

IMPORTANTE

Não confunda dinheiro com capital. Na Contabilidade, os dois termos são coisas distintas. O capital é formado por dinheiro ou qualquer outro bem (móvel ou imóvel) e até por créditos. Se o capital pertencer aos sócios ou aos proprietários, será chamado de capital próprio, porém, se pertencer a pessoas ou empresas alheias à entidade, será chamado de capital de terceiros. O capital, seja próprio ou alheio, sempre estará investido (aplicado) no Ativo da entidade, podendo estar materializado em dinheiro, estando na conta Caixa ou conta Bancos pertencente à entidade.

8 Livro Diário

É um livro contábil de preenchimento obrigatório (exigido por lei) e de maior importância, onde são lançadas as operações DIÁRIAS de uma empresa.

Suas principais características são: Obrigatório, Cronológico e Fundamental ao processo contábil.

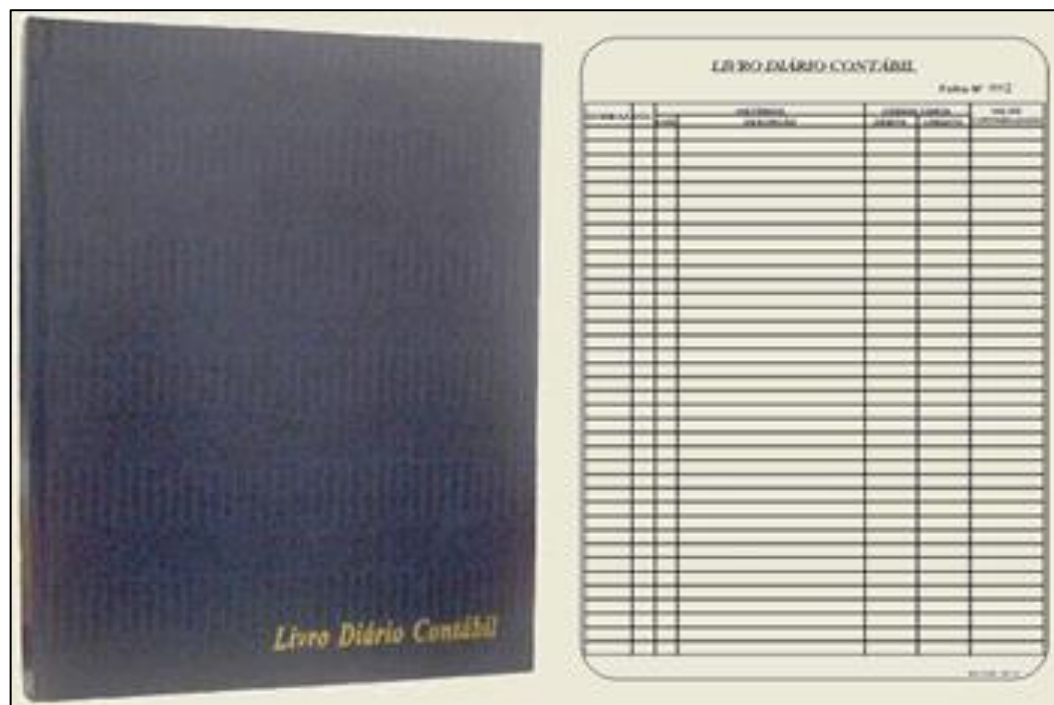


Figura 15: Exemplo de Livro Diário
Fonte: www.socontabilidade.com.br

Em resumo, o Diário registra oficialmente todas as transações de uma empresa. Sendo assim, é necessário que ele atenda determinadas exigências e preencha certas formalidades. Estas formalidades têm a ver com sua apresentação exterior (formalidades extrínsecas) ou com a escrituração (formalidades intrínsecas).

OBS.: O livro Diário foi instituído pelo Decreto-Lei 486 de 03/03/69 e regulamentado pelo Decreto-Lei 64.567 de 22/05/69.

8.1 Formalidades extrínsecas

O livro Diário deve:

- Ser encadernado;
- Ter suas folhas numeradas tipograficamente;
- Se for empresa, deverá ser autenticado pelas Juntas Comerciais ou repartições encarregadas do Registro do Comércio;
- Se for Sociedade Simples ou entidade sem fins lucrativos, deverá ser autenticado no cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- Conter termo de abertura e de encerramento (na primeira e última página, respectivamente) devidamente preenchidos e autenticados...

Termo de abertura: finalidade a que se destina o livro, o número de ordem, o número de folhas, a firma individual ou o nome da sociedade a que pertença, o local da sede ou estabelecimento, o número e data do arquivamento dos atos constitutivos no Órgão de Registro estipulado e o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Termo de encerramento: indica o fim a que se destinou o livro, o número de ordem, o número de folhas e a respectiva firma individual ou sociedade mercantil.

OBS.: Estes termos serão datados e assinados pelo comerciante ou por seu procurador e por um contabilista legalmente habilitado. Na localidade em que não haja profissional habilitado, os termos de abertura e encerramento serão assinados, apenas, pelo comerciante ou seu procurador.

Se estas formalidades não forem respeitadas, o Diário acaba sendo **completamente** invalidado, passando a fazer prova apenas contra o contribuinte.

8.2 Formalidades intrínsecas

- Utilização do idioma nacional e da moeda corrente do país;
- Uso da linguagem mercantil;
- Individualização e clareza dos lançamentos nele feitos;
- O registro dos fatos em rigorosa ordem cronológica de dia, mês e ano;
- A inexistência, na escrituração, de intervalos em branco, entrelinhas, borrões, rasuras, emendas, ou transportes para as margens.

Se estas formalidades não forem respeitadas, serão invalidados apenas os registros onde ocorrerem.

8.3 Escrituração Manual

É necessário que o Livro Diário contenha:

- Data da operação (transação);
- Título da conta débito e da conta crédito;
- Valor do débito e do crédito;
- Histórico (alguns dados fundamentais sobre a operação em registro: número da nota fiscal, cheque, terceiros envolvidos, etc. O histórico deve ser o mais breve possível, escrito de forma reduzida).

8.4 Lançamentos no Livro Diário

Lançamento é o meio pelo qual se processa a escrituração contábil, ou seja, é a forma de se efetuar o lançamento contábil no livro Diário. Este lançamento é feito a partir de operações.

Informações para o lançamento:

Operações realizadas na empresa XYZ no mês de Abril/2010:

03/04/2010 - Constituição da empresa - o capital subscrito no contrato social é de R\$120.000,00. Os sócios integralizaram todo o capital em dinheiro.

12/04/2010 - Realizaram a abertura de uma conta corrente em nome da empresa para realizar sua movimentação e depositaram R \$90.000,00 do dinheiro da empresa nesta conta bancária.

17/04/2010 - Pagaram a despesa com aluguel do mês corrente (abril/2010), no valor de R\$5.000,00. O pagamento foi realizado em dinheiro.

21/04/2010 - A empresa realizou a compra de dois computadores e uma impressora. O valor total da compra foi de R\$6.000,00 pago à vista em cheque.

24/04/2010 - A empresa comprou mesas e cadeiras para uso na empresa, desembolsando à vista em dinheiro o total de R\$1.600,00.

27/04/2010 - A empresa comprou mercadorias para revender. Efetuou a compra à prazo no valor de R\$27.000,00.

30/04/2010 - A empresa vendeu parte de seus estoques à vista em dinheiro, no valor de R\$15.000,00 com CMV (Custo da Mercadoria Vendida) de R\$7.000,00.

Lançamento:

LIVRO DIÁRIO			
Data	Conta	Débito	Crédito
03/04/10	Caixa (+A) Capital subscrito (+PL) <i>Histórico: Valor referente subscrição de capital social conforme contrato</i>	120.000 -----	----- 120.000
12/04/10	Banco (+A) Caixa (-A) <i>Histórico: Valor referente transferência caixa conforme Doc. Nº</i>	90.000 -----	----- 90.000
17/04/10	Despesa com aluguel (-PL) Caixa (-A) <i>Histórico: Valor referente pgto aluguel mês 04/2010</i>	5.000 -----	----- 5.000
21/04/10	Equipamentos de informática (+A) Banco (-A) <i>Histórico: Valor referente compra EquipInfoBR conforme NF Nº</i>	6.000 -----	----- 6.000
24/04/10	Móveis e utensílios (+A) Caixa (-A) <i>Histórico: Valor referente compra ModelarHome conforme NF Nº</i>	1.600 -----	----- 1.600
27/04/10	Estoque (ou Mercadoria Revenda)(+A) Fornecedores (+P) <i>Histórico: Valor referente compra de mercadorias conforme NF Nº</i>	27.000 -----	----- 27.000
30/04/10	Caixa (+A) Receita de vendas (+PL) CMV (custo mercadoria vendida) (-PL) Estoque (ou Mercadoria Revenda) (-A) <i>Histórico: Valor referente venda de mercadoria conforme NF Nº</i>	15.000 ----- 7.000 -----	----- 15.000 ----- 7.000

Tabela 06: Lançamento do Livro DiárioFonte: www.socontabilidade.com.br

Data: 5 de Abril de 2016

9 Livro Razão

O Razão é um livro fundamental ao processo contábil e exigido pela legislação brasileira para empresas cuja tributação do Imposto de Renda seja com base no Lucro Real. Em virtude de sua eficiência, ele é indispensável em qualquer tipo de empresa.

Por meio do razão é possível controlar separadamente o movimento de todas as contas. O controle individualizado das contas é importante para se conhecer os seus saldos, possibilitando a apuração de resultados e elaboração de demonstrações contábeis, como o balancete de verificação do razão, balanço patrimonial, etc.

Ou seja, é o detalhamento por contas individuais dos lançamentos realizados no diário, sendo usado para resumir e totalizar, por conta ou subconta, estes lançamentos.

Este livro agrega as contas Patrimoniais (contas do BP e da DRE), compostas por ativo, passivo e patrimônio líquido e por receitas, despesas e custos.

Antigamente, o razão existia apenas em forma de livros, onde se atribuía o título de uma conta para cada página. Desta forma, havia uma página para Caixa, outra para Banco, outra para Estoque, e assim por diante. Com o passar do tempo, as folhas avulsas foram substituindo as páginas do livro, sendo muito comum o uso das fichas razão hoje em dia.

É dispensada a autenticação ou registro do livro pelos órgãos competentes, isto porque o Razão é cópia autêntica do que foi escriturado no Livro Diário. Porém, na escrituração, deverão ser obedecidas as regras da legislação comercial e fiscal aplicáveis aos lançamentos em geral.

9.1 Escrituração manuscrita do Livro Razão

A escrituração deve conter no mínimo as seguintes informações:

- **Nome da conta**

- **Data do lançamento:** dia, mês e ano de ocorrência do fato que alterou o valor do componente patrimonial;
- **Contrapartida:** é a conta que completa o lançamento de outra conta que está sendo escriturada;
- **Histórico do lançamento:** descrição do fato administrativo do evento registrável na escrituração;
- **Débito e Crédito:** indicação do valor que será acrescido e/ou diminuído do saldo da conta;
- **Saldo:** diferença entre o somatório do débito e somatório do crédito; e **D/C:** indicação da natureza do saldo - D (devedor) e C (credor).

OBS.: Se for usado *escrituração mecanizada*, além destes itens, deve conter também o **nº da folha** correspondente no livro diário.

Modelo de Razão

CONTA: CAIXA							
Data	Nº	Contrapartida	Histórico	Débito	Crédito	Saldo	D/C
01/01	1		Saldo anterior			82.000,00	D
12/01	1	Veículos	Vlr ref. compra de veículo cfe NF Nº		40.000,00	42.000,00	C
20/01	2	Estoques	Vlr ref. compra de mercadorias cfe NF Nº		12.000,00	30.000,00	C
27/01	2	Banco	Vlr ref. aumento de caixa cfe Doc. Nº	10.000,00		40.000,00	D

Tabela 07: Exemplo de Modelo Razão

Fonte: www.socontabilidade.com.br

Data: 5 de Abril de 2016

10 Razonete

Razão e razonete é a mesma coisa. O razonete deriva do razão, ele é uma versão simplificada, uma forma didática do razão.

O razonete, também denominado gráfico ou conta em T, é bastante utilizado pelos contadores e é por meio dele que são feitos os registros individuais por conta. Ele foi criado para ser um recurso que ajude o entendimento da mecânica dos lançamentos contábeis.

No lado esquerdo do razonete são lançados os **débitos** (saldos devedores) e no lado direito são lançados os **créditos** (saldos credores), ficando o nome da conta na parte de cima do **T**.

Sendo assim, de um lado do razonete registram-se os aumentos e do outro as diminuições. A natureza da conta é que determina que lado deve ser utilizado para aumentos e que lado deve ser utilizado para diminuições.

Em resumo, a importância do Razonete é principalmente didática, para ajudar a entender como as operações de uma empresa ou organização são processadas pela contabilidade. Na prática, a fonte de dados para a obtenção do balancete (que é a fonte do Balanço Patrimonial e da DRE), é o Livro Diário.

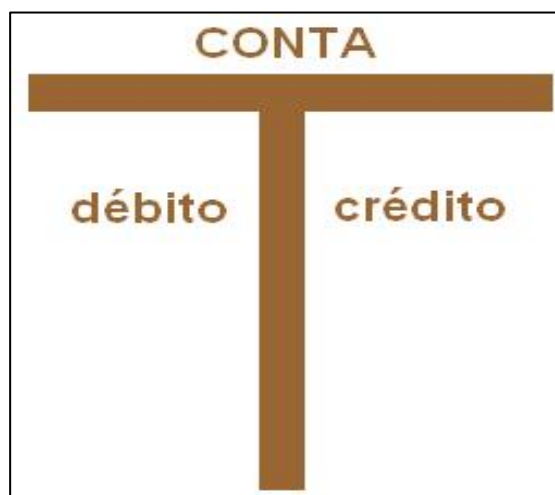


Figura 16: Esquema de lançamento Razonete
Fonte: www.socontabilidade.com.br

Exemplo:

Lançamento: Compra de Veículos no valor de \$45.000,00 à vista, com cheque do banco.

No livro diário:

D- Veículos.....\$45.000,00

C- Banco.....\$45.000,00

No livro razão (razonetes):

Veículos	Bancos
\$45.000,00	\$45.000,00

No razonete da conta Veículos, o valor foi debitado (lado esquerdo) pois gerou um aumento no ativo (bens e direitos) da empresa. Já no razonete da conta Bancos, o valor foi creditado (lado direito) pois gerou uma diminuição de ativo.

11 As principais causas de mortalidade empresarial



Figura 17: Mortalidade Cresce nos últimos anos

Fonte: <http://empreendedoronline.net.br>

As micro e pequenas empresas, no Brasil, conseguem a cada dia que passa uma maior participação na economia, alcançando quase 90% do total de empresas segundo o IBGE (2004), se caracterizando como importantes geradores de emprego e renda no país. Em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004), 99% das empresas do Brasil são micro e pequenas empresas, que representam praticamente 70% das unidades de trabalho e 20% do PIB.

No Brasil, de acordo com pesquisa realizada em São Paulo pelo SEBRAE/SP (2001), os principais fatores que influenciam a abertura de micros e pequenas empresas são: o sonho de ter o próprio negócio (34%); a oportunidade de

colocar em prática todo o conhecimento técnico sobre determinado produto ou serviço (11%); a única alternativa diante do quadro de desemprego (6%); exigência dos clientes e fornecedores (6%); ter recursos financeiros sobrando (4%); insatisfação no emprego (2%) e outras razões (9%).

Mas a grande maioria dos novos empreendimentos não chega a completar dois anos de atividade. Segundo dados do SEBRAE (2004), das empresas abertas, 31% não ultrapassam o primeiro ano de atividade e após 5 anos chega a 60%. E também se afirma que: "durante os dez anos de monitoramento da mortalidade de empresas, verificou-se que, em geral, as causas desse fenômeno sofrem pouca variação" (2008, p. 57).

"As empresas encerram suas atividades não apenas devido a uma única causa, mas sim, devido a uma sucessão de falhas ou problemas que, por não serem resolvidos no tempo apropriado, levam à paralisação de suas atividades" (SEBRAE, 2008, p. 57).

Como causas principais da mortalidade empresarial, pode-se citar: empresários que não têm o costume de planejar e colocar metas para serem atingidas; pouco conhecimento do investimento; gerenciamento de custos ineficaz, elevada carga tributária dos produtos e serviços; dificuldades com fluxo de caixa; falta de análise de mercado e problemas pessoais dos proprietários. Muitos microempresários ignoram sua incapacidade de gerir empresas e, conseqüentemente, não contratam um profissional da área que possa auxiliá-lo nessa atividade de gestão. Segundo SEBRAE/SP (2001, p. 21), "a falta de dedicação exclusiva do proprietário à condução da empresa é um fator importante, principalmente, no primeiro ano de atividade da mesma".

A relação entre sócios pode ocasionar grandes problemas em uma empresa, podendo chegar a seu fracasso. "Para minimizar esses problemas, o plano de negócios deve conter dados bem detalhados da atuação de cada sócio, do capital integralizado e da divisão de tarefas", segundo o consultor do SEBRAE-MG Arnou dos Santos.

Para o consultor do SEBRAE-SP, Renato Fonseca, "a maioria dessas questões são inerentes ao entendimento das sutilezas do negócio que podem

significar a diferença entre lucro e prejuízo. É preciso fazer uma auto avaliação e entender virtudes e defeitos e tentar resolver as deficiências".

De acordo com o SEBRAE os fatores constituintes se dividem assim:

- Carência de um planejamento apropriado;
- Ausências na gestão empresarial de um projeto adequado;
- Falta de projetos públicos de apoio aos micros e pequenos empreendimentos;
- Problemas pessoais influenciando sobre o negócio.
- Falta do comportamento empreendedor.

As empresas que costumam, com frequência, aperfeiçoar produtos e serviços, estar atualizada com respeito às tecnologias do setor, inovar em processos e 1 procedimentos e investir em capacitação, tendem a sobreviver mais no mercado.

11.1 Na Visão do Empreendedor

Fator mais importante para a sobrevivência da empresa. Os que fecharam consideram o planejamento prévio como fator mais importante os que estão em atividade apontam o planejamento prévio combinado à gestão após a abertura do negócio.



Figura 18: Fatores para não Fechamento das Empresas

Fonte: Sebrae-SP.

Base: 1.731 entrevistas.

11.2 Fatores que causam o fracasso das empresas, conforme pesquisas.

O principal motivo para ter fechado a empresa é a falta de capital ou lucro, na visão dos empreendedores.

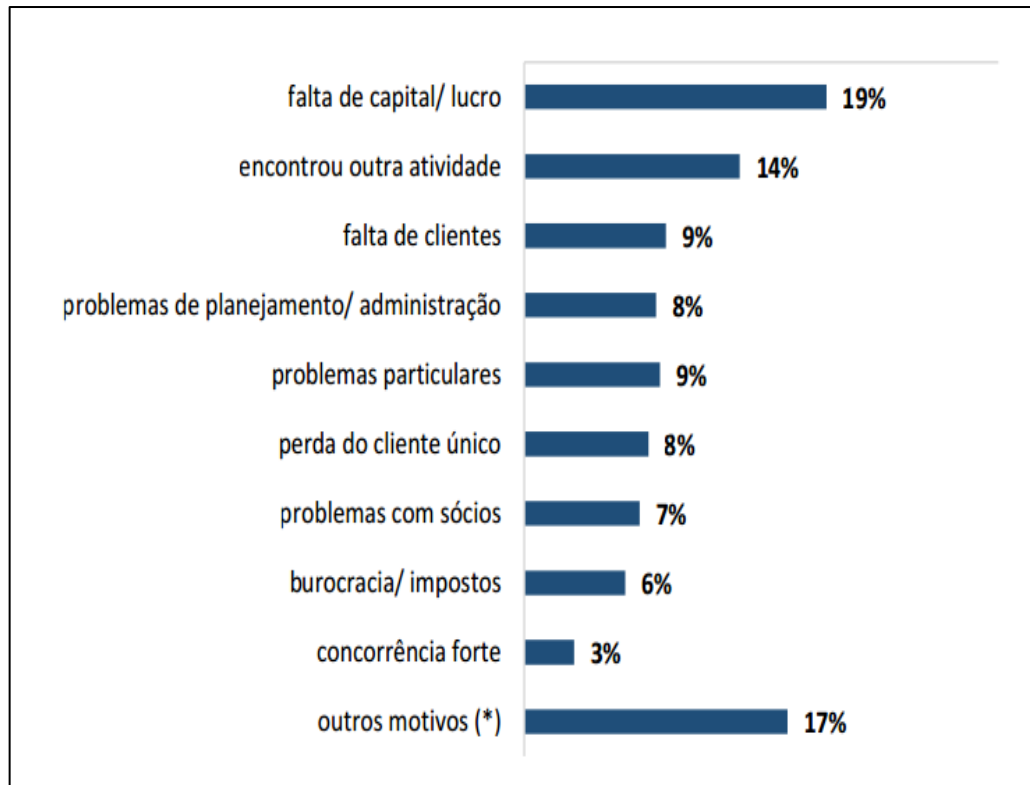


Figura 19: Causas de Mortalidade das Empresas

Fonte: Sebrae-SP

Base: 526 entrevistas.

(*) **Por exemplo:** problemas com fornecedores, sazonalidade dos produtos e serviços e criminalidade na vizinhança.

11.3 Sentimento do Empreendedor após fechamento de Empresa

Fechamento da empresa, ao encerrar um sonho, o desejo de ter o próprio negócio, gera sentimentos negativos no empreendedor, como frustração / perda e tristeza / mágoa.

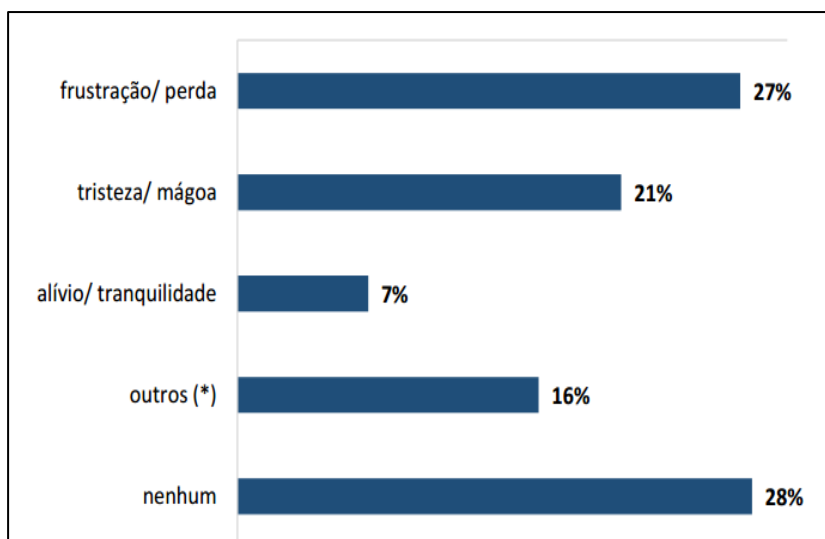


Figura 20: Reação do Empreendedor ao Fechar suas Portas

Fonte: Sebrae-SP. **Base:** 518 entrevistas.

Nota: respostas espontâneas.

(*) Por exemplo: Revolta, desânimo e arrependimento.

11.4 Perda dos Investimentos após falência

Além da frustração e da tristeza, ainda há a perda financeira (mais da metade dos empreendedores perde tudo ou parte do dinheiro investido - dinheiro que é, na maior parte, próprio ou de familiares)

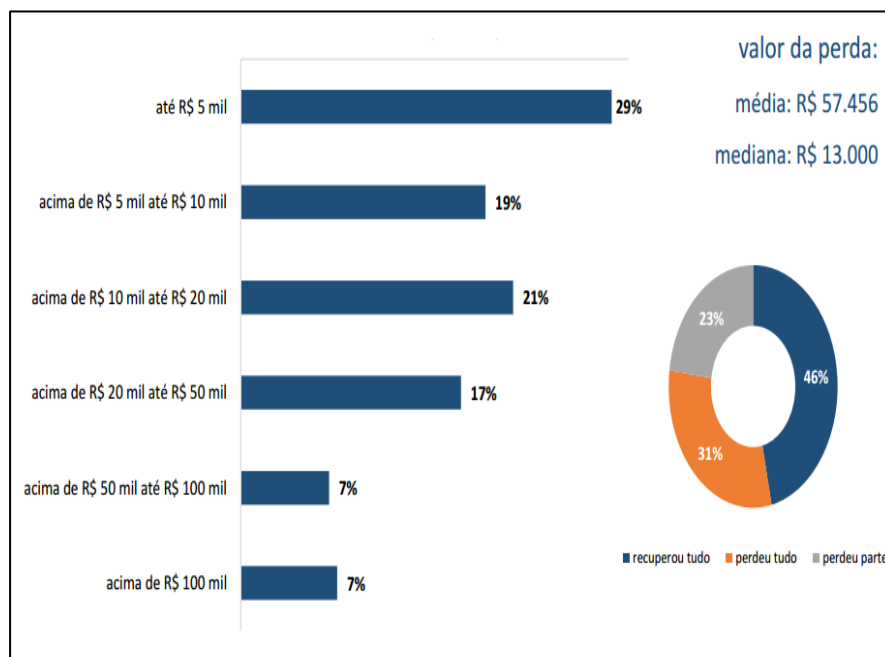


Figura 21: Valor da perda de investimentos após falência da empresa

Fonte: Sebrae-SP. **Base:** 519 entrevistas.

Nota: A mediana corresponde ao valor que separa uma distribuição de valores em dois grupos: os 50% de valores mais baixos e os 50% de valores mais altos.

11.5 Junta Comercial

A Junta Comercial é uma organização existente em todos os estados do Brasil. A Junta Comercial é uma organização estruturada a fim de defender os interesses, necessidades e planos dos comerciantes de determinada região.

Fazem parte da Junta Comercial empresas de todos os setores de atuação. O importante, nesse caso, é demonstrar a força e a união da classe e trabalhar com mais empenho em atividades em conjunto.

A Junta Comercial procura atividades que aumentem os negócios em todos os setores econômicos da região em que ela atua. Estão na mira da organização a indústria, o comércio e o setor de serviços.

Qualquer comerciante ou empresário que queira fazer parte da Junta Comercial necessitará de um Registro Público de Empresas Mercantis para comprovar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

11.5.1 Empreendedores que deram baixa na junta comercial

Os pedidos de arquivamento de atos de extinção de empresário ou de sociedade empresária, devem ser protocolados na Junta Comercial com os seguintes comprovantes de quitação de tributos e contribuições sociais federais:

I - Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II- Certidão Negativa de Débito - CND, fornecida pela Secretaria da Receita Previdenciária;

III- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Após o pagamento de taxa respectiva à Junta Comercial, o Distrito será arquivado. Cada estado estipula o valor da guia e o prazo para arquivamento. São dispensadas da apresentação dos documentos de quitação, regularidade ou inexistência de débito a que se referem os itens I a III:

1 - o empresário ou a sociedade empresária, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

2 - os pedidos de arquivamento de atos relativos ao encerramento de atividade de filiais, sucursais e outras dependências de sociedades empresárias nacionais e de empresários.

Os detalhes sobre o arquivamento na Junta Comercial foram estipulados pela Instrução Normativa DNRC 105/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio.

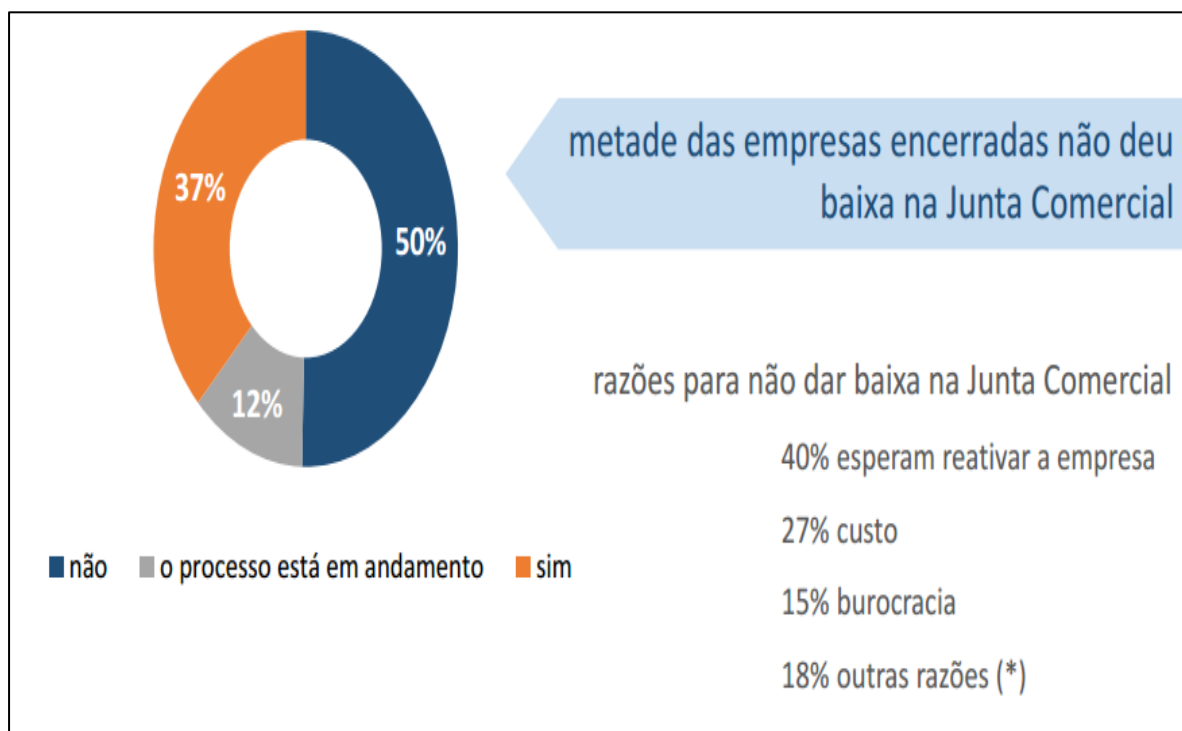


Figura 22: Baixa na Junta Comercial

Fonte: Sebrae-SP.

Base: 519 entrevistas.

(*) Por exemplo: falta de conhecimento dos procedimentos e falta de tempo

11.6 Após o fechamento

Os empreendedores se tornam:

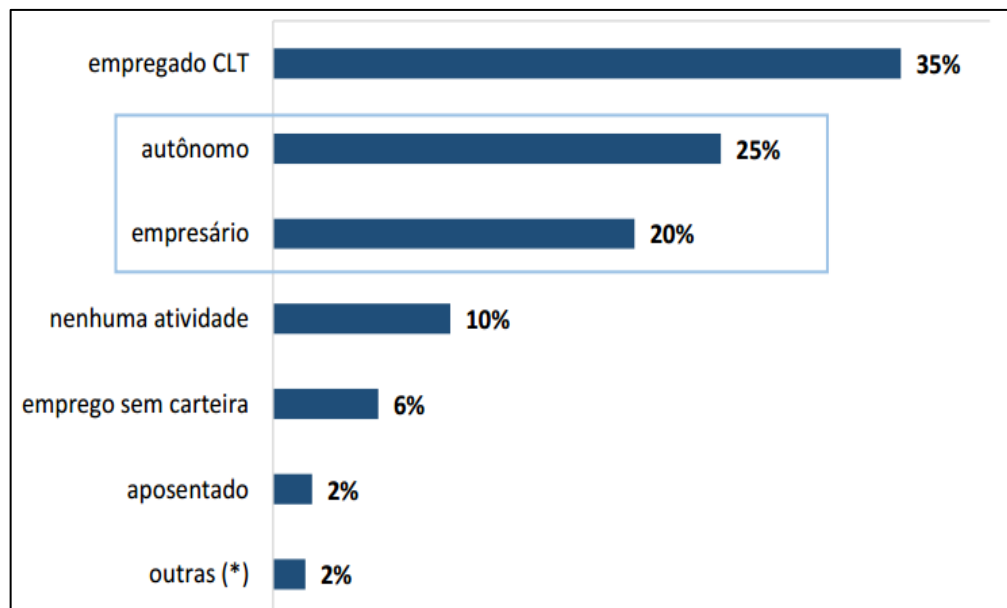


Figura 23: Após o Fechamento
Fonte: Sebrae-SP.
Base: 519 entrevistas.
 (*) Por exemplo: funcionário público.

Apesar dos sentimentos negativos e da perda financeira que ficam após o fechamento, boa parte dos que fecham voltam a empreender, como autônomos ou donos de outras empresas.

11.7 Principais resultados

As empresas abrem por que:

- Desejo de ter o próprio negócio (37%)
- Identificação de oportunidade de negócios (26%)

Primeiro ano sofre com:

- Dificuldades para formar carteira de clientes (22%)
- Falta de capital / lucro (14%)

As que continuam no mercado:

- 9 em cada 10 estão satisfeitos em empreender 63% querem expandir o negócio.

Principais causas do fechamento:

- Planejamento prévio
- Gestão empresarial
- Comportamento empreendedor

11.8 Mortalidade Cresce em 2015

Em 2015, a taxa de natalidade atingiu 12% e a de mortalidade, de 9,26%, em relação ao estoque de empresas existentes.

É o que revela levantamento da Neoway, em parceria com a consultoria GS&Inteligência - GS&MD, com base em informações, principalmente, de juntas comerciais espalhadas pelo país.



Figura 24: Mortalidade

Fonte: <http://www.dcomercio.com.br>

A vontade de ter o negócio próprio existe, não há dúvida. O difícil é mantê-lo em pé. Em 2015, a taxa de mortalidade das empresas quase triplicou em relação à de 2014, de 3,36%. E também foi a maior desde 2009, de 2,62%.

A taxa de natalidade de 12% em 2015 equiparou-se à de 2014. Mas já foi muito maior. Em 2012, quando a economia estava em expansão, atingiu 18%.

“Hoje, o cenário é desafiador. A crise está instalada”, afirma Jaime de Paula, C&O da Neoway.

No Estado de São Paulo, a taxa de mortalidade das empresas atingiu 9% em 2015. De forma idêntica ao que ocorreu no mercado nacional, a taxa paulista de fechamento de empresas mais do que dobrou em relação à de 2014, de 3,5%.

O setor de higiene e beleza foi o mais vitimado, com uma taxa atingindo 4,21% no Estado de São Paulo. No período de 2009 a 2014, a taxa de mortalidade sempre foi inferior a 0,3% por ano.

O setor eletroeletrônico e de móveis aparece em segundo lugar, com uma taxa de mortalidade de 2,83%, seguido por papelaria e livros (2,73%), construção (1,83%), farmácias (1,70%) e supermercados (1,40%).

O empobrecimento do brasileiro é a principal razão do maior fechamento de empresas no país, na avaliação de consultores e economistas ouvidos pelo Diário do Comércio.

Alguns indicadores macroeconômicos assustam. Nos últimos 12 meses terminados em janeiro, a massa salarial caiu 10,4%. O crédito para a pessoa física recuou 7,6% em janeiro em comparação com igual mês de 2015 e, para a pessoa jurídica, 5,7%.

O desemprego bateu em 7,6% e tende a subir com a persistência da recessão. A taxa de juros básica da economia, a Selic, de 14,25%, é uma das mais elevadas do mundo e, por enquanto, não há nada que indique uma queda imediata da inflação.

Além da crise, o setor de higiene e beleza e farmácias passam por um processo de concentração de grandes redes, movimento que aconteceu nos Estados Unidos nas décadas de 50 e 60.

As papelarias e as livrarias também estão diminuindo por conta do aumento do uso da internet e dos tablets.

Veja na próxima folha as taxas de natalidade e de mortalidade das empresas no Estado de São Paulo, por setor.



Gráfico 01: Taxa de Mortalidade dos últimos seis anos de São Paulo
Fonte: <http://www.dcomercio.com.br>

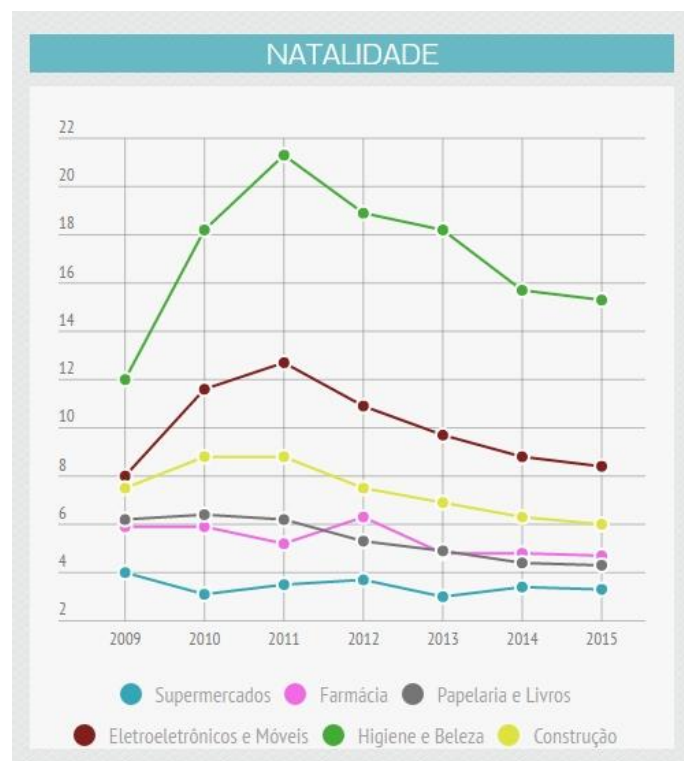


Gráfico 02: Taxa de Natalidade dos últimos seis Anos em São Paulo
Fonte: <http://www.dcomercio.com.br>

Em alguns Estados brasileiros, a taxa de mortalidade superou a de São Paulo. No Amapá, atingiu 13% no ano passado, em Alagoas, 11,6% e, na Bahia, 10,30%. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, as taxas foram de 9,20% e 10,20%, respectivamente.

A economia paulista concentra um número de empresas mais maduras consolidadas. Por isso, apresenta uma taxa de mortalidade menor do que a de alguns Estados, na avaliação de Eduardo Yamashita, diretor do Núcleo de Estudos e Pesquisas Econômicas da GS&MD.

Os dados levantados pela Neoway são mais um indicador de que o fechamento de lojas aumentou com a crise, na avaliação de Nelson Barrizzelli, consultor de varejo.

O prazo para que qualquer problema fiscal de uma empresa desapareça, de acordo com Barrizzelli, é de seis anos. Só a partir desse período é que as empresas costumam dar baixa em registros nas juntas comerciais.

Outro indicador revela que as empresas estão com dificuldade para enfrentar a crise.

O número de pedidos de falência na cidade de São Paulo cresceu 28% no primeiro bimestre de 2016 em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), com base em informações de cartórios.

Nos dois primeiros meses deste ano foram registrados 50 pedidos. No mesmo período do ano passado, 39 empresas entraram com pedido de falência na cidade.

Para o presidente da Fapesp e ACSP, Alencar Burti, os números evidenciam como o empreendedor está sofrendo com a crise, que se aprofundou nesse início de ano.

Costuma-se dizer que o setor de alimentos é um dos que menos sofre com a crise, até porque todo mundo precisa comer para sobreviver. E mesmo esse não resistiu à crise.

De 2009 a 2014, a taxa de fechamento de empresas não chegou a 0,20% ao ano. Em 2015, subiu para 1,05%, de acordo com o levantamento da Neoway.

Levantamento feito pela Ipsos, a pedido da ACSP, revela que, em janeiro passado, 54% dos entrevistados afirmavam não se sentir seguros no emprego, 52% estavam com situação financeira ruim; 60% não tinham confiança para comprar eletroeletrônicos e 67% não se sentiam confortáveis para adquirir um imóvel ou um carro.

Em janeiro do ano passado, esses percentuais eram muito menores: 27%, 32%, 27% e 32%, respectivamente.

CONCLUSÃO

No grande desenvolvimento das pequenas empresas conclui – se que, há uma grande desorientação dos profissionais voltado ao conhecimento da contabilidade. A gestão contábil bem qualificada pode trazer ao novo empreendedor um negócio de sucesso.

Como vimos ao longo do trabalho percebemos que o índice de mortalidade de empresas que não utilizam a contabilidade com orientação para a tomada de decisão, encerram suas atividades em menos de cinco anos.

O foco principal do desse trabalho é orientar, informar ao leitor que a busca da contabilidade é de extrema importância dentro da empresa, pois ela registra e controla os atos e fatos ocorridos, assim garantindo a visibilidade total financeira e administrativa, tornando assim a empresa cada vez mais forte e capacitada para o mercado, dificultando assim seu fechamento.

Concluimos por meio deste trabalho que a mortalidade pode ser amenizada, pela boa administração contábil, pois realiza com honestidade todos os tramites legais, permitindo a melhor forma de pagamento dos colaboradores, de emitir notas fiscais, demitir e admitir funcionários, fazer pagamento de contas no prazo correspondente, controle total de todo o capital que entra e sai através de fluxo de caixa, livro diário, razonete, entre outros.

Tendo um bom conhecimento sobre a contabilidade , qualquer pessoa poderá se tornar um empreendedor de sucesso, mas acima de tudo todo ser humano que deseja uma vida, carreira bem sucedida, tem que mostrar que seus valores, caráter, respeito, sinceridade são gestos essenciais para uma vida de sucesso e conquistas.

REFERÊNCIAS

____. **A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.** Disponível em: <<http://www.contabilidadepontual.com.br/a-importancia-da-contabilidade-para-micro-e-pequenas-empresas/>>. Acesso em: 18 mar 2016.

____. **IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O ADMINISTRADOR.**
Disponível em: <<http://www.zemoleza.com.br/trabalho-academico/humanas/administracao/a-importancia-da-contabilidade-para-o-administrador/>>. Acesso em: 19 mar 2016.

LEITE, Tarcízio. **QUAL A CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE PARA O ADMINISTRADOR DE EMPRESAS.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/qual-a-contribuicao-da-contabilidade-para-o-administrador-de-empresas/81521/>>. Acesso em: 19 mar 2016.

____. **A UNIVERSALIZAÇÃO DO SIMPLES.** Disponível em:
<file:///C:/Users/etec/Downloads/universalizacao_simples.pdf>. Acesso em: 20 mar
2016.

____. **FORMALIZAÇÃO DA EMPRESA.** Disponível em: <file:///C:/Users/etec/Downloads/PLANEJAMENTO%20O%20PRIMEIRO%20PASSO%20PARA%20COME%3%87AR%20SEU%20NEG%C3%93CIO%20-%20slides.pdf>. Acesso em: 20 mar 2016.

—, **DEPARTAMENTO CONTÁBIL.** Disponível em:
<<http://iglesiascontabil.com.br/cd40914b-bce1-4df2-8ff2-59ea72b1b5481.aspx>>.
Acesso em: 01 abr 2016.

PORCARO, Nilton. **NOTA FISCAL ELETRÔNICA.** Disponível em: <<http://www.contabilidadepontual.com.br/nota-fiscal-eletronica/>>. Acesso em: 01 abr 2016.

——. **TIPOS DE CONTABILIDADE.** Disponível em: <<http://www.resumosetrabalhos.com.br/tipos-de-contabilidade.html>>. Acesso em: 31 mar 2016.

——. **EMIÇÃO DE NOTAS FISCAIS.** Disponível em: <<http://agilize.jusbrasil.com.br/artigos/153033707/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-emissao-de-notas-fiscais>>. Acesso em: 01 mar 2016.

——. **TUDO SOBRE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS.** Disponível em: <<http://www.sitesa.com.br/contabil/notas/nfe.html>>. Acesso em: 01 abr 2016.

FERRAMENTAS UTILIZADAS. Só Contabilidade. Disponível em : <<http://www.socontabilidade.com.br/>>. Acesso em : 5 abr 2016.

FERRAMENTAS UTILIZADAS. Só Contabilidade. Disponível em : <<http://www.socontabilidade.com.br/>>. Acesso em : 24 abr 2016.

CAUSA MORTIS. SEBRAE-SP. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/causa_mortis_2014.pdf>. Acesso em: 01 abr 2016.

——. **DEPARTAMENTO FISCAL.** Disponível em: <<http://www.escriitorionovomundo.com.br/servicos/departamento-fiscal>>. Acesso em: 25 mar 2016.

——. **HISTÓRIA DA CONTABILIDADE.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>>. Acesso em: 30 mar 2016.

——. **TAXA DE SOBREVIVÊNCIA DAS EMPRESAS NO BRASIL.** Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-nobrasildestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 01 abr 2016